

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

RODRIGO DE SENA PINTO
TAINARA FERREIRA TORRES

SOBRE VIVER O TRAUMA

Produto Jornalístico

Mariana

2018

RODRIGO DE SENA PINTO
TAINARA FERREIRA TORRES

SOBRE VIVER O TRAUMA

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Me. Rafael Drumond

Mariana

2018

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

P659s Pinto, Rodrigo de Sena
Sobre Viver o Trauma [gravação de vídeo] / Rodrigo
de Sena Pinto e Tainara Ferreira Torres.-Mariana,
MG, 2018.
1 DVD-ROM (36'24"); 4 3/4 pol.

TCC (graduação em Jornalismo) - Universidade Federal
de Ouro Preto, Mariana, 2018

1. Documentário - Teses. 2. MEM. 3. Estupro - Teses.
4. Monografia. 5. Mulher - Violência - Teses. I.Torres,
Tainara Ferreira. II.Drumond, Rafael Fonseca. III.Universidade
Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo
e Serviço Social. IV. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 343.54-055.2
: 15
: 1419958

Rodrigo de Sena Pinto e Tainara Ferreira Torres

Curso de Jornalismo – UFOP

SOBRE VIVER O TRAUMA

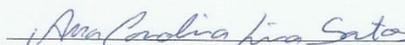
[DOCUMENTÁRIO]

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do Prof. Me. Rafael Fonseca Drumond.

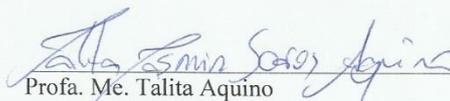
Banca Examinadora:



Prof. Me. Rafael Fonseca Drumond



Profa. Dra. Ana Carolina Lima Santos



Profa. Me. Talita Aquino

Mariana, 21 de fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

À nossa família, em especial aos nossos pais, Ruth, Raimundo, Vanda e Fernando (in memoriam); aos nossos irmãos, Tiago, Thamires, Gabriel e Renato, que nos deram suporte e apoio desde o pré até o pós-processo de produção de Sobre Viver o Trauma, bem também como no transcurso da graduação em sua totalidade.

Aos nossos amigos, que foram também família e que contribuíram direta ou indiretamente na realização dessa empreitada. Aos colaboradores diretos do projeto, Agliene Melquiádes, Ana Paula Santana, Aline Testasicca, César Pedrosa, Daniely Alves, Elaine Machado, Flávio Ribeiro, Francielle Ramos, Isabella Mayrink, Janaína Oliveira, Jéssica Ferreira, José Benedito Donadon Leal, Lílian Colombari, Luciane Trevisan, Marina de Nóbile, Nazira Peixoto, Osmira Oliveira, Samuel R. Silva, Silvania Rossi e William Vieira.

À Maria Luz, pelo suporte mútuo e insubstituível em várias fases de toda criação do documentário.

Ao Miguel (in memoriam), anjo da guarda que ganhamos no decorrer do projeto, força e amparo fundamental em todos os dias.

Ao corpo docente, pelo conhecimento adquirido durante todo o percurso e pelas inúmeras vezes em que agregamos a palavra amigo a professor(a).

Ao nosso orientador, Rafael Drumond, por sempre nos motivar a nos superarmos mesmo frente aos obstáculos em todo processo; pelo aprendizado. Por nos orientar com olhar amigo e companheiro.

À Antônia, Carla, Força, Yasmin e Sofia, nomes fictícios de relatos reais e depoentes de Sobre Viver o Trauma, pela coragem e força em falar sobre o abuso que sofreram, por nos darem a oportunidade de contar e refletir sobre o que precisa incomodar todo o corpo social.

A todos que, de algum modo, contribuíram e fizeram parte desse projeto,

Gratidão!

“Só percebemos a importância da nossa voz quando somos silenciados.”

Malala Yousafzai

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a realização do documentário “Sobre Viver o Trauma”. O produto compartilha relatos de vítimas do estupro narrados em formato fílmico e há também uma plataforma on-line criada para abrigar não só o documentário como também mais relatos sobre o crime. Tanto o site quanto o filme foram construídos a partir de depoimentos reais de mulheres que já sofreram esse tipo de violência. No produto final, o intuito é gerar uma reflexão ampla sobre o crime e o quanto ele não deve ser silenciado; e, sobretudo, a importância da não culpabilização da vítima.

Palavras-chave: documentário; estupro; violência contra mulher; trauma.

ABSTRACT

This paper aims at the production of the documentary “Sobre Viver o Trauma”. The product shares reports of rape victims told in a filmic form and there is also an online platform built to keep not only the documentary but also more reports about that crime. Both site and movie are built of real reports of women that suffered that kind of violence. In the final product, the intention is creating a deep reflection about the crime and how much it should not be silenced; and, above all, the importance of the non-victim blaming.

Keywords: documentary; rape; violence against women; trauma.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Título de matéria sobre violência contra mulher	22
FIGURA 2 - Título de matéria sobre violência contra mulher	22
FIGURA 3 - Femicídio e dados diários	23
FIGURA 4 - Tuíte ironiza violência sexual	27
FIGURA 5 - Tuíte naturaliza a incidência de casos	28
FIGURA 6 - Tuíte valida a condição e o ato de agredir	28
FIGURA 7 - Jogador Robinho após condenação	29
FIGURA 8 - Comentários de ofensa contra a vítima	30
FIGURA 9 - Publicação sobre o pedido em rede social	40
FIGURA 10 - Cenário usado para as gravações	43
FIGURA 11 - Enquadramento final de imagem	44
FIGURA 12 - Ensaio “Sobre viver o trauma”	48
FIGURA 13 - Ensaio “Sobre viver o trauma”	49
FIGURA 14 - Ensaio “Sobre viver o trauma”	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Dados sobre violência sexual em Mariana	25
TABELA 2 - Dados sobre violência sexual em Ouro Preto	25

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Sobreviventes	12
1.2 Origem do projeto	13
2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO/TRAUMA	15
2.1 Conscientização	26
3. CONCEITOS NORTEADORES	32
3.1 Documentário	33
3.2 Documentário como instrumento de luta e empoderamento	33
3.3 Desafios e complexidades	34
3.4 Redes sociais e intermedialidade	37
4. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO	37
4.1 Diálogo com as atrizes	46
4.2 A fotografia na narrativa do trauma	48
4.3 Roteiro	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

Esse é um produto que compartilha relatos das vítimas do trauma que é o estupro e traz inquietações que cercam a atualidade. Intitulado "Sobre Viver o Trauma", o projeto nasce do desejo de discutir o que a sociedade não quer que se fale, para expressar o que as pessoas não dizem e mexer na zona de conforto desse coletivo social. O não dito, o interdito, faz-se, assim, silêncio colocado como norma e cultura de uma sociedade que prefere a mudez a encarar seus conflitos, injustiças e violências. Para essas vítimas – sobreviventes do estupro –, o silêncio pode ser também uma forma de conviver e lidar com o trauma, ainda que este atenda a uma série de interesses sociais, inclusive o dos violentadores. Precisamos falar para tornar público um problema que é sistêmico. E é diante de todo o contexto em que o tema se insere e, diariamente, manifesta-se, que resolvemos adentrar pelo difícil campo da violência sexual para uma narrativa de caráter documental.

A partir disso, o filme se firmou e ganhou forma por meio da contribuição de vários relatos de mulheres que sofreram o abuso em algum momento da vida. Os relatos foram recebidos de diversas cidades. O processo de recepção dessas narrativas teve início no convite das depoentes, feito via redes sociais, mais especificamente Facebook, e logo no pedido explicamos sobre o projeto e como havíamos estruturado o andamento do processo; as narrativas eram enviadas na caixa de mensagem pessoal do aplicativo ou para o e-mail criado para o projeto: tcc.memorial@gmail.com. Por se tratar de um tema delicado para o meio social e levando em conta o contexto opressor em que muitas dessas mulheres vivem, maior parte desses relatos não poderiam identificar as respectivas vítimas. O silêncio afeta quem foi oprimido pelos algozes e, quando há uma junção entre opressor e sociedade, a aproximação entre esses dois aspectos negativos fica ainda mais visível: as mulheres se sentem coagidas a falar do trauma – não só pela memória, que é um fator que dificulta, mas também pelo sistema social impositor.

Havia ainda a necessidade inicial e prioritária de não causar um segundo trauma a essas mulheres, e a não identificação foi uma possibilidade capaz de atender a vontade das depoentes. Sendo assim, o filme trabalhou com depoimentos interpretados por atrizes que deram voz aos relatos de estupro, que narraram e que se aproximaram das vítimas pelo “ser mulher” e, de algum modo, já sentiram a repressão e o medo quanto ao gênero oposto.

Os relatos, apesar de virem de lugares e regiões distintas do país, de diferentes mulheres e idades, têm em comum, em grande parte, a proximidade entre vítima e agressor e o período da vida em que aconteceram: na infância. A abordagem do trabalho é voltada para não somente o relato do abuso, mas também: como essa vítima se sente hoje, após o ocorrido; se já teve, em algum momento da vida, apoio psicológico; e as dificuldades de ser mulher em uma sociedade cerceada pelo machismo.

Ainda na projeção do que seria o documentário, montamos um site que pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <http://tccmemorial.wixsite.com/sobreviver>. Nele estão hospedados mais relatos, porque entendemos que esse é um trabalho inacabado pela frequência lamentável em que a violência acontece e, dessa forma, a possibilidade de mais narrativas surgirem no decorrer do projeto é enorme. Também anexamos no site um ensaio fotográfico, um dos relatos em forma de ilustração, mais vídeos com depoimentos e extras do filme. Decidimos manter dentro do documentário somente os relatos e dados estatísticos sobre o crime.

O produto é uma tentativa de inserção em um meio de fala complexo porque é tido a partir do outro, suas memórias, mas que, em seu contexto histórico e enraizado, tem a necessidade de ser abordado e discutido pelo maior número de pessoas possível e de imediato. O tema é o que atualmente nos causa grande e séria inquietação. Seus desdobramentos e descobertas podem possuir ramificações que não só nós, enquanto alunos, mas, o contexto social que nos abriga e de que fazemos parte, precisam conhecer. Falar sobre sexo ainda é algo “desautorizado” socialmente. Falar sobre violência que envolve o sexo é duplamente vedado. O trabalho não surge como uma solução para o problema, mas bate de frente com as questões censuradas pela sociedade e que se referem ao tema, porque mostra o trauma pelo viés de quem já passou pelo crime e, cotidianamente, luta contra as memórias que o afetam.

Justificamos sua importância no campo da comunicação no contexto em que, trabalhamos no campo da produção de imagens em um mundo onde essa fabricação é cada vez mais irrestrita e onde as pessoas produzem e captam imagens sobre tudo, sendo uma prática cada vez mais comum. Entretanto, distanciamos-nos dessa elaboração extensiva a partir do momento em que nos propomos a problematizar essa relação que possui natureza sobretudo ética, com pessoas que estão em situação de vulnerabilidade por terem vivido traumas de uma violência naturalizada na sociedade. É necessário que haja uma preocupação do documentarista com a pessoa filmada, com o que ela se sente, com a forma de construção da narrativa em torno da dor e sofrimento de outrem.

Sobre a relevância da discussão do estupro para o meio social, entendemos sua necessidade a luz de que, aqui, o gênero documentário permite uma comunicação efetiva, principalmente no formato que optamos, um curta-metragem. Torna-se ainda um produto com grande chance de circulação, que possibilita que as pessoas o vejam via redes sociais, por exemplo.

Em muitos relatos, as vítimas, mesmo sendo crianças, eram ou tinham medo de serem culpadas pelo ocorrido. Julgar culpada a mulher que passa pelo trauma é que pode ser, sim, mais um grande ato de violência. Estupro é também subjugar a outra pessoa.

1.1 Sobreviventes

Antônia, Carla, Força, Yasmin e Sofia são relatos reais de vítimas que sofreram violência sexual em algum momento da vida e são responsáveis por dar forma ao filme. São nomes fictícios, mas lamentavelmente o depoimento delas não. Sobreviventes que vivem o trauma cotidianamente porque a memória não desaparece e faz parte do cotidiano. Mulheres que sentem na pele a angústia de viver em um sistema que se importa muito pouco com elas, “Lorrainy, mais um número, mais um nome ignorado pelo sistema que não se importa com mulheres”, diz um trecho do relato Lorrainy presente no site do trabalho.

Antônia*: atualmente tem 27 anos, mineira. Antônia sofreu abuso quatro vezes: Aos 06, 16, 22 e 27 anos de idade. Nos contou o que aconteceu quando ela tinha 16 anos. Em um sábado saiu com os amigos, tomou uma bebida de “gosto estranho”, e pouco teve lucidez para tratar do que ocorreu depois. Foi abusada pelo próprio “amigo”.

Carla*: mineira, estudante, tem hoje 25 anos e uma filha de menos de três decorrente do estupro que sofreu. Tentou aborto. Sofreu a violência em 2015, na época era estudante da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Depois de saber da gravidez e não conseguir o procedimento de aborto, sem dinheiro e sozinha Carla precisou voltar para a cidade natal onde até os dias atuais sofre outros traumas e a dificuldade de ser mulher em uma sociedade repressora e machista:

Só contei essa história pra uma pessoa da minha família, a que tinha mais confiança. Ela me disse que eu havia assumido o risco do que aconteceu, porque mulheres que bebem assumem o risco dessas coisas, e que quando eu saí de casa saí pensando em beber, já sabia que isso aconteceria. Segundo a lógica dela, meu corpo era uma coisa que quando é violada seria eu a culpada por não ter me mantido sã para me defender, e não quem violou.

Força*: Mineira, tem 25 anos de idade. Força é o nome fictício escolhido pela própria vítima. Sofreu o abuso aos nove anos de idade, na própria casa, por um homem de 40 anos que trabalhava na residência na época. A vítima nunca denunciou às autoridades policiais, não teve auxílio psicológico para lidar com o trauma, não contou para a família. Depois de cerca de 15 anos conseguiu relatar para duas amigas. Por muito tempo, percebeu que ocultou inteiramente o ocorrido em grande parte pela culpa que sentia, “essa personificação de monstro que assombra”.

Yasmin*: Mineira, 25 anos, também sofreu violência ainda na infância, os autores dos abusos sempre foram próximos do círculo familiar da vítima. Yasmin conta sobre as dificuldades na adolescência de falar sobre qualquer aspecto relativo a contatos físicos em um contexto sexual, e o bloqueio de olhar para o próprio corpo durante grande parte da vida.

Sofia*: Mineira, 17 anos, sofreu um episódio traumático na adolescência, por volta dos 15 anos. A jovem relembra do momento em que teve violado o respeito sobre o não que ela tanto proferia e que não era, em seguida, acatado pelo parceiro.

No site, Alice, Ana Júlia, Camila, Daiana, Lorrainy, Marcela e Valentina são relatos que crescem todo dia em números, que não cessam. Por esse motivo “Sobre Viver o Trauma” é um trabalho inacabado, porque lamentavelmente os abusos ainda persistem em acontecer e mais relatos podem fazer parte do projeto. Mais mulheres vítimas em um sistema que se importa pouco, muito pouco com elas.

1.2 Origem do Projeto

O trabalho surgiu a partir do incômodo de uma das integrantes, Tainara Torres. Diante do número crescente de casos que se arrastavam por todo o país e, não diferente, na Região dos Inconfidentes, exemplos mais palpáveis são ocorrências do crime nas localidades próximas. De acordo com uma matéria veiculada pelo site G1 em agosto de 2017, o ex-prefeito da cidade de Mariana, que esteve à frente do município entre os anos de 1989 e 1992, Cássio Brigolini Neme, foi condenado por estupro de vulnerável. O crime veio a público em 2015, quando a vítima que na época tinha 14 anos relatou sobre o abuso que já acontecia há cerca de quatro anos, entre 2011 e 2015. E, ainda nesse caso, foi possível observar sobre quão complexo é, para a vítima, falar sobre o crime. “Na época do indiciamento, o delegado Marcelo Teotônio de Castro disse que a jovem havia demorado a denunciar o crime por temer

que as pessoas não acreditassem na versão dela”, revela um trecho do texto. Em Ouro Preto, um outro caso de estupro contra uma garota de 9 anos foi registrado em 2017 e tem uma narrativa perturbadora, mas muito recorrente: o crime foi cometido pelo pai da vítima. De acordo com um dos veículos de informação da região, o jornal “*O Liberal - Região dos Inconfidentes*”, os abusos aconteciam dentro da casa da vítima. “Disse que o homem tocou os órgãos genitais dela, depois de mandar que os irmãos saíssem do quarto em que estavam, e que a obrigou a fazer sexo oral nele em outras ocasiões”, revela um dos trechos do texto contendo a fala da criança. Contudo, precisamos observar a reação do agressor, que é a de não só negar o caso, mas minimizá-lo, no intuito de fugir da condenação. Outro trecho diz: “o homem negou que tenha abusado da criança e disse que apenas estava brincando com ela. No entanto, a menina confirmou o que disse aos policiais e contou ainda que ele mostrava vídeos pornográficos que guardava no celular”.

Não somente a partir das ocorrências citadas, mas de inúmeras outras, percebeu-se a necessidade de tratar o tema, sobretudo quando se considera a questão da culpabilização das vítimas por elas próprias e por terceiros. Foi proposto, assim, a produção de um documentário guiado pelo compartilhamento de relatos de vítimas do trauma do estupro. A ideia consistia em trazer inquietações e elementos que caracterizavam as marcas psicológicas do trauma, como ele afeta essas vítimas e como reverbera no cotidiano delas. O material/documentário surge como uma narrativa aberta, em construção junto às personagens, capaz de agendar a discussão no espaço público, sobretudo junto a grupos que possuem interesse na temática e que militam contra a violência de gênero.

De início, ainda na disciplina de “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação”, quando o projeto começava a ser estruturado, foi montado um grupo de trabalho com quatro integrantes. Além de Tainara, compunham a equipe: Agliene Melquíades, Rodrigo Sena e Flávio Ribeiro. No começo, havia um envolvimento de todos em relação ao tema.

A partir da escolha do orientador, ideias foram surgindo para além de um documentário: criamos um site intitulado “As Sobreviventes”, com a intenção de abrigar textos, fotos e vídeos do processo de produção documental, constituindo-se, assim, um memorial multimídia do produto a ser apresentado e um espaço on-line que poderia atuar junto ao plano de distribuição e publicização do documentário. Além disso, o site poderia se tornar outro produto, com características transmídias (extrapolação dos conteúdos) em relação ao filme. No momento da proposta, a ideia era dar conta das habilidades de cada integrante da equipe, de forma que todos pudessem exercer o que mais gostam na área de Comunicação.

Em 2016, tínhamos uma lista de personagens para o documentário, mulheres que, em maior parte, haviam sofrido tentativas de estupro. Na fase de preparação e pesquisa, tivemos um encontro de diálogo com a professora Talita Aquino, os psicólogos Samuel R. Silva e Nazira Peixoto, a estudante de jornalismo Raquel Satto, a presidente do Instituto Siame¹ em Ouro Preto, Silvania Rossi, e a assistente social Aline Testasicca. Foi de grande importância na proposta do trabalho conversar com especialistas como forma de preparação para as filmagens e, inclusive, suporte psicológico. De modo geral, tínhamos também fontes secundárias para a produção, as quais nos permitiam, a partir dessas conversas, entender melhor sobre nosso campo de atuação naquele momento, sobre aspectos interessantes de abordagem e a forma de dialogar com o trabalho, mas, antes disso, com as vítimas. Até então tínhamos pensado não só na produção do documentário com as entrevistas feitas de forma individual com cada uma das vítimas, como também, em um segundo momento, conversas em grupo em um espaço onde essas mulheres poderiam dialogar entre elas.

Contudo, o período da greve atrasou o desenvolvimento do projeto também. Além disso, no retorno em 2017, parte da equipe trouxe questionamentos pessoais em relação à produção. Agliene e Flávio não se sentiam mais parte do projeto, não se viam pesquisando o assunto. Os dois concluíram que não estariam envolvidos o suficiente para assumirem com o engajamento que a proposta demandava. Por essas razões, os dois se desligaram do projeto para alçar novos voos. A partir daí, Rodrigo e Tainara deram andamento nos passos seguintes.

2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO/TRAUMA

De acordo com o Art. 213 do Código Penal – Decreto Lei 2848/40, o estupro constitui-se de:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 2º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009).

¹ Siame (Instituto de Atendimento à mulher), endereço: Pc Cesário Alvim, 50 - Barra, Ouro Preto / MG; Tel.: (31) 3551 - 6245.

O texto, de 2009, mostra que o estupro não é somente relacionado ao ato sexual com penetração peniana vaginal; e o uso da palavra "alguém" não especifica também gênero.

Além de ser um crime hediondo, o estupro é um acontecimento traumático na vida da vítima. Apesar de o assunto estar sendo mais debatido nos últimos anos, ele ainda recebe pouca atenção quando comparado a outras pautas midiáticas. São registrados, em média, 45 mil estupros ao ano no Brasil. Em 2014, por exemplo, o país teve cerca de 47 mil vítimas do crime, ou seja, cerca de cinco pessoas são estupradas por hora em todo território nacional ou, a cada 11 minutos, uma pessoa é vítima desse tipo de violência, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Um fator impactante é entender que os dados foram obtidos somente de uma pequena parcela, a de vítimas que registraram boletins de ocorrência contra os agressores, nesse caso, 35%. Ainda em 2014, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estimaram que, no Brasil, acontecem 527 mil casos de estupro por ano, o que equivale a 1.443 ocorrências por dia, 60 por hora, um por minuto, desses, só 10% é notificado. A cada dez estupros, nove não chegam ao conhecimento da polícia. O perfil foi traçado de acordo com dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), os registros do Sinan mostram que 89% das vítimas são do sexo feminino e, no geral, de baixa escolaridade, desse total, 70% são crianças ou adolescentes. A estimativa foi comprovada no trabalho de campo para produção do filme, dos cinco relatos destinados para o documentário, em dois os abusos haviam acontecido ainda na infância - Yasmin e Força. Antônio e Sofia na adolescência; não houve denúncia em nenhum dos casos. Carla sofreu o trauma já na vida adulta.

Em 2012 foi aprovada uma lei Joanna Maranhão, que altera o tempo de prescrição para o crime de estupro contra criança, agora a contagem começa quando a vítima completa 18 anos, desse modo, a vítima pode fazer a denúncia anos após ter sofrido o abuso e o prazo começa a contar a partir da maioridade da mulher. Uma matéria publicada pelo G1 em maio de 2012 traz informações sobre a aprovação:

Agora, a contagem de tempo para a prescrição só vai começar na data em que a vítima fizer 18 anos, caso o Ministério Público não tenha antes aberto ação penal contra o agressor. Até então, a prescrição era calculada a partir da prática do crime. A prescrição é a perda do direito de ação pelo decurso do tempo. Desse modo, quando ocorre a prescrição, o agressor não pode mais ser processado nem punido pelo crime que cometeu. O prazo varia conforme o tamanho da pena e pode chegar até 20 anos, por exemplo, em caso de estupro de uma pessoa com menos de 18 anos. (G1 Política – 05/2012)

A lei leva o nome da atleta, Joanna Maranhão, que falou abertamente em 2008, sobre a violência sexual que sofreu do treinador quando tinha nove anos de idade. Na época o treinador da nadadora não foi condenado pelo tempo em que o caso foi denunciado após o crime. A sanção da lei foi divulgada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2012.

Art. 1o O art. 111 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V: "Art. 111. V - nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal." (Diário Oficial da União - seção 1 - nº 96 - pág 3)

São vários os casos que mostram como a sociedade invisibiliza o estupro, por exemplo, quando uma vítima é mencionada em matérias como “estudante” ou “garota de 23 anos”, como aconteceu com a indiana Jyoti Singh Pandey, em matéria publicada no site "*As Mina História*", em 2015, onde o abuso sofrido pela jovem a levou a morte em 2012, o caso acabou se tornando “apenas mais um” oculto pela sociedade, como se ela não existisse, não tivesse nome, rosto, família, sonhos.

Em 2016, uma matéria veiculada pela "*A Pública - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*", a médica Maria Ivete Castro Boulos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Direitos Humanos (Neadh) da Faculdade de Medicina da USP, foi surpreendida ao descobrir através de um e-mail, que estava sendo afastada da coordenação do núcleo e que seria substituída por um homem, o professor emérito de cirurgia Dario Birolini, aposentado há anos e que não tinha relação alguma com esse tipo de função. A professora acompanhava o caso do estudante Daniel Tarciso da Silva Cardoso, que estava suspenso por ter sido acusado pelo Ministério Público de dopar e estuprar estudantes da universidade. A suspensão estava chegando ao fim e ele poderia se formar e se tornar médico. A universidade resolveu se omitir, justificando receio de se cometer injustiça com possíveis agressores, mas sem se preocupar em cometer injustiça com as possíveis vítimas.

Também em 2016, em matéria também divulgada pela "*A Pública*", L., 28 anos, desempregada, saiu pra beber com amigos na casa de um conhecido, desmaiou e acordou com a calça abaixada e sem saber o que havia acontecido. Perguntou a um dos rapazes que estava perto se tinham feito algo e ele disse não saber de nada. Atordoada ela saiu de lá e foi embora. Um tempo depois, a menstruação não veio e um teste de farmácia deu positivo. Entrou para a estatística de estupros que resultam em gravidez. Se sentiu culpada por ter bebido e apagado,

ao mesmo tempo questionou que poderia estar caída na rua e que ninguém tinha o direito de encostar nela. L. foi até a Delegacia da Mulher atrás de ajuda. Chegando lá, teve de contar sua história a um guarda e depois a delegada, outro homem e a escrivã.

A partir dali, ela sofreu uma série de violências. Foi questionada sobre a veracidade do seu caso, se o rapaz não era seu namorado, qual era sua religião. Teve de esperar horas para ser atendida em vários lugares e responder os mesmos questionamentos. Foi avaliada como emocionalmente instável. Acabou entrando para outra estatística, a de que não consegue acesso ao serviço de aborto legal na rede pública de saúde. Conseguiu obter atendimento depois do contato com a ONG Artemis, que acionou a rede de mulheres, e a levou para São Paulo. No documentário, a sobrevivente Carla também sofreu abuso que resultou em gravidez, a jovem de 25 anos também procurou ajuda em órgãos públicos no intuito de obter o processo de aborto, mas não conseguiu:

Pedi informação pro médico da upa de Ouro Preto sobre o procedimento de aborto legal em caso de estupro e fui xingada lá. Gritaram comigo lá, assim como gritaram também depois, quando fui denunciar na delegacia da mulher em BH. Cada uma dessas vezes senti ser abusada. Fui em dois hospitais em BH tentar o aborto e não consegui. No Sophia me negaram o procedimento porque a idade gestacional não era compatível com a que eu relatei porque meu ciclo menstrual é desregulado, e por isso as contas não bateram. (relato da sobrevivente Carla)

Elcylene Maria de Araújo Leocádio, em sua dissertação de mestrado intitulada *Aborto Pós-Estupro: Uma Trama (Des)Conhecida Entre o Direito e a Política de Assistência à Saúde da Mulher*, pela Universidade de Brasília em 2006, diz:

A exigência do consentimento prévio sugere que, além de não ser obrigada a abortar, foi garantido à mulher o direito de tomar a decisão final sobre a interrupção da gravidez pós-estupro. Mas, para abortar, ela precisa de assistência médica e esta condição não foi garantida a todas as mulheres (LEOCÁDIO, 2006, p.11).

Em outro trecho do relato, Carla revela sobre a dificuldade de lidar com uma gravidez indesejada por ser proveniente da violência sexual. Ao descrever a angústia que sentia, teve o julgamento de “moralidade social” vindo de quem confiava:

Quando descobri da gravidez, quis morrer. Era a pior coisa que poderia me acontecer. Chorei muito. Durante os 09 meses de gestação. Só contei essa história pra uma pessoa da minha família, a que tinha mais confiança. Ela me disse que eu havia assumido o risco do que aconteceu, porque mulheres que bebem assumem o risco dessas coisas, e que quando eu saí de casa saí pensando em beber, já sabia que isso aconteceria. Segundo a lógica dela, meu corpo era uma coisa que quando é

violada seria eu a culpada por não ter me mantido sã para me defender, e não quem violou. (relato da sobrevivente Carla)

No texto *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar)*, de Daniel Cerqueira e Danilo de Santa Cruz Coelho pelo Ipea, em março de 2014, citando Faúndes, 2006, p.128, revela sobre as consequências do estupro na vida da mulher, física e psicológica:

Conforme documentado na literatura, existem graves consequências do estupro, de curto e longo prazo, que se estendem no campo físico, psicológico e econômico. Além de lesões que a vítima pode sofrer nos órgãos genitais (principalmente nos casos envolvendo crianças), quando há o emprego de violência física, muitas vezes ocorrem também contusões e fraturas que, no limite, podem levar ao óbito da vítima. O estupro pode gerar gravidez indesejada e levar a vítima a contrair doenças sexualmente transmissíveis (DST). Em termos psicológicos, o estupro pode redundar em diversos transtornos, incluindo ‘depressão, fobias, ansiedade, uso de drogas ilícitas, tentativas de suicídio e síndrome de estresse pós-traumático.’ [Faúndes et al. (2006, p. 128)]. (CERQUEIRA E CRUZ, 2006, p.4).

A professora da PUC-SP Anna Feldmann, em entrevista publicada pelo portal Brasil de Fato sobre o debate que envolve gênero e cultura do estupro, divulgado no dia 03 de Junho de 2016, questiona a naturalização do estupro na sociedade brasileira. “O que nós brasileiros temos como cultura? A gente tem como cultura o futebol, o samba, e na verdade, a gente também têm como cultura o estupro. E não assumimos”. Feldmann defende o fato de que o país não só afirma ser parte de uma cultura que é crime, como também, e na maior parte das vezes, faz isso de forma tácita: “não assumimos que o Brasil é um país violento e que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada”. Em 2016, a Nações Unidas no Brasil – ONUBR², publicou o texto “*Por que falamos de cultura do estupro?*”:

‘Cultura do estupro’ é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Ou seja: quando, em uma sociedade, a violência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima, isso significa que existe uma cultura do estupro. ‘Mas ela estava de saia curta’, ‘mas ela estava indo para uma festa’, ‘mas ela não deveria andar sozinha à noite’, ‘mas ela estava pedindo’, ‘mas ela estava provocando’ – estes são alguns exemplos de argumentos comumente usados na cultura do estupro. A cultura do estupro é uma consequência da naturalização de atos e comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres. Esses comportamentos podem ser manifestados de diversas formas, incluindo cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, assédio moral ou sexual, estupro e feminicídio. Na cultura do estupro, as mulheres vivem sob constante ameaça. (ONUBR, 2016).

² <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>

A lei 11.304, de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, criada para coibir crimes de violência doméstica e familiar contra mulher também prevê sobre crimes de violência sexual como: 1) Manter uma relação sexual não desejada por meio da força; 2) Forçar o casamento; 3) Impedir que a mulher use de métodos contraceptivos.

Podemos entender que a palavra *cultura*, nesse caso, naturaliza uma conduta de violência a outrem. Nesse âmbito, Marilena Chaui, em “*Conformismo e resistência*”, diz sobre o termo cultura: “Em sentido amplo, cultura é o campo material e simbólico das atividades humanas” (CHAUI, 1985, p.14). O termo não descreve sobre uma unanimidade do gênero masculino como agressor, mas nos permite a reflexão sobre a massificação e naturalização como fatores passíveis de contribuição na violência contra a mulher. Renata Floriano de Sousa, no artigo “*Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres*”, reafirma sobre essa abordagem:

O que também não significa que, de maneira direta, todos os homens sejam estupradores, nem que todos os seres humanos sejam diretamente responsáveis pela prática do estupro, mas que, de muitas maneiras, a cultura do machismo e da misoginia contribui para a perpetuação desse tipo de violência focada, principalmente, contra a mulher. E não se trata de considerar a figura do estuprador como doente ou mero produto de uma sociedade determinista que o fez assim. Essa é uma abordagem errônea, já que classificá-lo como doente o isentaria da responsabilidade sobre seus atos, assim como quando classificado como um mero produto da sociedade. Acima das expectativas e conhecimento acerca do tema, o estupro é muito mais difundido do que temos notícia, sendo praticado por homens, em sua grande maioria, que possuem plenas faculdades mentais de escolher praticá-lo ou não, e incentivado por uma série de mecanismos culturais (...). (DE SOUSA, 2016, p.10-11)

No livro “*A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*”, de Denys Cuche, “a noção de cultura se revela então o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. A natureza, no homem, é inteiramente interpretada pela cultura” (CUCHE, 1996, p.10). O trecho nos possibilita uma nova reflexão: entender o quão complexo é a “naturalização”, ao condicionarmos comportamentos como naturais, ao passo em que não são, eximimos de uma responsabilidade de algo que é tido pela cultura e condicionado por ela, mas que não é, de forma alguma, natural.

Júlia Warken, em um texto publicado na revista *MDEMULHER - Cultura do estupro: se você não entende, não diga que não existe*, em 06 de Junho de 2016, escreveu sobre como coisas simples, como frases vistas como “naturais”, são disseminadoras da cultura, ela diz:

Precisamos compreender: estupro é crime, mas estupradores não são

necessariamente pessoas doentes. São cidadãos que carregam dentro de si noções culturais sobre o papel de homens e mulheres na sociedade. Em algum momento você já ouviu alguém dizer que um moço sem camisa ‘não está se dando ao respeito’? Pare um segundo para pensar se há a forma masculina da palavra ‘piriguete’. Agora puxe da memória o significado e o emprego da palavra ‘desfrutável’. (WARKEN, 2016 – REVISTA MDEMULHER)

A autora, na sequência, traz mais um trecho que revela sobre essa naturalização também na literatura:

Pois bem: esse olhar de lince do Casanova do rio São Francisco vasculhara de entrada o íntimo de Dona Flor, varando-lhe o pensamento, apossando-se de seus segredos, após tê-la despido de roupas e adornos. Tão deslavado olhar não tinha outro sentido: seu Aluísio a desnudava por fora e por dentro e, em conclusão, achando-a a seu gosto, achava-a também desfrutável e até fácil.” (trecho extraído de “Dona Flor e Seus Dois Maridos”, de Jorge Amado).

Ela diz:

Mulheres são desfrutáveis, homens desfrutam. Esse conceito é cultural e está intimamente ligado aos números alarmantes de estupro no Brasil e em diversas outras partes do mundo. Também está 100% ligado à visão de que uma garota com saia curta ‘estava pedindo’ e que aquela outra ‘teve o que mereceu, pois sempre se comporta de maneira provocante’. (WARKEN, 2016 – REVISTA MDEMULHER)

Uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, em Agosto de 2016, divulgou um dado assustador: um em cada três brasileiros acredita que a culpa do estupro é da própria vítima, de acordo com informações veiculadas pelo “*Jornal Hoje*”, em 21 de Setembro de 2016. A pesquisa foi encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma Organização Não Governamental (ONG). O texto ainda expôs mais um fator impactante: 32% das mulheres entrevistadas na pesquisa também concordam com esse pensamento. Ao todo, 3.625 mil pessoas foram entrevistadas na pesquisa, delas, 30% concordaram com a afirmação de que “a mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada”. 42% dos homens e 32% das mulheres concordam com a declaração “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”. A pesquisa também mostrou que 85% das mulheres têm medo de sofrer abuso, e que esse receio é maior no Norte e Nordeste. Abaixo, algumas imagens de títulos de matérias sobre a violência contra mulher:



Figura 1³: Título de matéria publicada na Folha de São Paulo sobre violência contra mulher (2017). Fonte: Folha de São Paulo - UOL.



Figura 2⁴: Título de matéria publicada na Folha de São Paulo sobre violência contra mulher (2017). Fonte: Folha de São Paulo - UOL.

Conforme observado nas figuras 1 e 2, acima, há um alto índice de violência contra a mulher no país. O texto divulgado na revista on-line “*Época*”, em maio de 2016, escrito por Hudson Corrêa, Thais Lazzeri e Sérgio Garcia com Daniel Haidar, Aline Ribeiro e Vinícius Gorczesky, revela sobre a culpabilização da vítima; o trecho traz a fala da promotora Marta Teixeira - BA:

³<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1911346-pais-registra-10-estupros-coletivos-por-dia-notificacoes-dobram-em-5-anos.shtml>

⁴<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931609-brasil-registrou-135-estupros-e-12-assassinatos-de-mulheres-por-dia-em-2016.shtml>

Ainda há no Brasil quem culpe a vítima, e não o agressor, no caso de estupro. Perguntas como ‘por que estava na rua nessa hora?’ e ‘que roupa usava?’ são, infelizmente, comuns. É a chamada punição extra oficial do estupro, praticada por homens e mulheres, inclusive por alguns que atendem as vítimas ou que investigam os casos. ‘No estupro, a conta é dividida: metade com a vítima e metade com o agressor’, diz a promotora Marta Teixeira, da Bahia. (Revista Época, 2016)

De acordo com dados do mapa da violência de 2015, publicado em 10 de junho de 2016 no portal da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – “*Violência contra a mulher: entenda o que é a cultura do estupro*”, por Ana Elisa Santana –, o Brasil é um país perigoso para as mulheres. As descrições das ocorrências de crime são diversas, que vão desde afirmações que cercam a forma que as vítimas se vestem, vulnerabilidade pelos locais que frequentam, pelos horários nos quais transitam, e pela justificativa da violência como “instinto masculino” – fatores que, muitas vezes, impedem a reverberação dos crimes e a publicização dos culpados, o que acaba por gerar processos de culpabilização das vítimas. Nesse contexto, podemos ver uma relação entre o que foi mencionado pela Ana Elisa Santana e o relato Valentina, presente na forma de ilustração no site:

Saí de uma festa em uma república em Ouro Preto, já era madrugada, dia 09/09/09. Indo embora, resolvi ir a pé, já que minha irmã morava bem próximo da feira de pedra sabão e eu estava na rua direita. Eu, naquela pequena rua ao lado da Igreja São Francisco, olhei pra trás e vi um homem de longe. Apertei o passo mas numa fração de segundos ele estava atrás de mim e disse ‘eu quero você’ e me deu uma rasteira. Naquele momento eu pensei ‘eu vou morrer, mas vou morrer lutando’. E assim foi: houve luta corporal, mas ele me venceu. (relato da sobrevivente Valentina).

Outro trecho da narrativa reforça sobre as dificuldades de se ter autonomia para ir e vir cotidianamente: “[...] depois do trauma minha vida mudou muito, principalmente minha perspectiva sobre a violência de gênero e as dificuldades da mulher ter liberdade”. Logo a seguir, a figura 3 traz um título sobre a quantidade de casos que acontecem diariamente no país:



Figura 3⁵: Femicídio e a quantidade de mortes diárias no Brasil (2017). Fonte: G1 - Profissão repórter.

⁵<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/10/femicidio-mata-oito-mulheres-por-dia-no-brasil->

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Ministério da Justiça e Cidadania, no primeiro semestre de 2016, fez um balanço sobre os dados da Central de Atendimento à Mulher pelo ligue 180⁶. No documento a secretária especial de política para as mulheres, Fátima Pelaes, reforça sobre a importância do levantamento para as leis de enfrentamento da violência,

O Balanço da Central - Ligue 180 reforça a importância de leis específicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres e demonstra que são muitos os desafios do poder público (executivo, judiciário e legislativo) nesse processo. A Lei Maria da Penha, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e outros serviços estão à disposição das cidadãs e dos cidadãos brasileiros/as que se indignam contra a violência de gênero, o machismo e a misoginia ainda entranhados na cultura brasileira. (Fátima Pelaes - Secretária Especial de Políticas para as Mulheres)

De acordo com a apuração dos dados, no primeiro semestre de 2016, a Central realizou 555.634 atendimentos, que são, em média, 92.605 chamadas por mês e 3.052 por dia. O montante foi 52% maior que o ano anterior, de 2015. No total registrado no primeiro período do ano, 12,23%, que correspondem a 67.962 casos e, dentre os relatos 51,06% são referentes à violência física; 31,10% sobre violência psicológica; 6,51% violência moral; 4,86% de cárcere privado; 4,30% são de violência sexual, ou seja, 2.921 relatos; 1,93% correspondentes a violência patrimonial e 0,24% tráfico de pessoas. O documento ainda revela que o aumento nos casos de estupro de um ano para o outro foi de 147%, em média 13 atendimentos por dia.

Dos 2.921 depoimentos de violência sexual, 2.457 são de estupro, o que corresponde a 84,12%. O arquivo destaca que do primeiro semestre de 2015 ao primeiro de 2016, houve um aumento de 147% nos casos de estupro, que correspondem a 13 relatos por dia. Em 2016, na maior parte dos casos as denúncias de violência contra mulher foram denunciadas pelas próprias vítimas, cerca de 67,89%; esse percentual cresceu 172% se comparado ao mesmo período do ano em 2015. “Dentre os relatos de violência, as mulheres negras (pretas e pardas) representam a maioria das vítimas (59,71%), seguidas pelas mulheres brancas (39,28%), amarelas (0,59%) e indígenas (0,43%)” (p.16); e “em 67,63% dos casos, as violências foram cometidas por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo: atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas.” (p.17), traz o documento.

confira-relatos.html

⁶O Ligue 180 é um serviço de utilidade pública, gratuito e confidencial (preserva o anonimato) oferecido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania. A Central recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e orienta as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

Abaixo, listamos duas tabelas com dados locais de violência sexual em Mariana e na sequência Ouro Preto:

Notificações por ano da ocorrência segundo Faixa Etária 1

Município Notificação: Mariana

Sexo: Feminino

Violência Sexual: Sim

Faixa Etária 1	2011	2012	2015	2016	2017	Total
01 a 4	1	-	2	1	1	5
05 a 14	1	3	3	3	7	17
15-24	1	1	-	-	-	2
25-34	-	1	-	-	-	1
35-44	-	-	-	2	1	3
65 e+	-	-	-	1	-	1
TOTAL	3	5	5	7	9	29

Tabela 1: Dados sobre violência sexual em Mariana. Fonte: SINAN/CPDE/DASS/SVEAST/SubVPS/SESMG

Notificações por ano da ocorrência segundo Faixa Etária 1

Município Notificação: Ouro Preto

Sexo: Feminino

Violência Sexual: Sim

Dados considerados em 26 de dezembro de 2017, portanto sujeitos a alterações.

Faixa Etária 1	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
01a 04	-	-	-	-	-	1	2	3
05 a 14	1	2	1	1	2	1	2	10
15-24	1	2	2	1	4	3	9	22
25-34	1	-	2	1	3	2	2	11
35-44	-	1	2	1	1	-	1	6
45-54	-	-	-	1	-	-	-	1
55-64	-	-	-	-	-	1	-	1
65 e+	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL	3	5	7	5	11	8	16	55

Tabela 2: Dados sobre violência sexual em Ouro Preto. Fonte: SINAN/CPDE/DASS/SVEAST/SubVPS/SESMG

Conforme mostrado nas tabelas acima, meninas entre cinco e 14 anos foram as que mais sofreram o crime de estupro em Mariana de 2011 a 2017, totalizando 17 notificações. Em Ouro Preto, a incidência das ocorrências foram maiores contra jovens entre 15 e 24 anos também entre 2011 e 2017, um total de 22 casos na cidade.

As cidades de Mariana e Ouro Preto ainda nos dias atuais não contam com uma delegacia especializada de atendimento à mulher. A rádio UFOP Educativa lançou em março

de 2017 uma série sobre violência contra mulher, no material foram disponibilizados dados quantitativos e técnicos necessários para que hajam as delegacias na região:

As normas técnicas de padronização das delegacias de atendimento especializado a mulher, elaboradas pelo ministério da justiça, estabelecem que para a criação de uma unidade, utiliza-se o critério de proporção de 25% de ocorrências, tendo a mulher como vítima do total de ocorrências criminais registradas, com uma produtividade média de 20 ocorrências por mês, por servidor policial. A cidade de OP, que tem uma população estimada de 70 mil habitantes, registrou 547 ocorrências de violência contra mulher no ano de 2016, uma média de 45 ocorrências mensais. A cidade de Mariana, com 58 mil habitantes, contabilizou 526 boletins, em média, 35 ocorrências por mês. Os dados são da polícia civil de minas gerais. Ouro Preto está dentro dos pré-requisitos para a criação de uma delegacia da mulher. (rádio Ufop Educativa, 2017).

2.1 Conscientização

Atualmente, fazer uso das redes sociais não é referência unicamente de aspectos interativos sociais; também serve como meio de busca de informações, de conscientização, de se posicionar politicamente diante de um assunto e, sobretudo, de empoderamento. É válido refletir sobre o empoderamento coletivo proporcionado por interações sociais que, positivo ou negativamente, coloca junto ou ao menos próximos pessoas que estão longe. Dessa forma, hoje, é mais fácil ao sujeito superar seu contexto imediato de vivência e dialogar com outros em busca de conscientização e de amadurecimento político. Por outro lado, esse mesmo espaço aparentemente “livre” pode ser um palco de uma forte repressão, onde discursos de ódio carregados de preconceito vêm descritos como “opinião”, que ferem os preceitos de respeito ao próximo, que atacam o outro e servem para propagar a naturalização da cultura do estupro.

O coletivo feminista *Think Olga*, em 2015, lançou no twitter a hashtag *#primeiroassedio*, como forma de incentivar as mulheres a relatarem a primeira vez que sofreram assédio e levantarem questões também sobre o crime da pedofilia, já que maior parte acontecia na infância. De acordo com sondagens feitas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa de Análise de Dados (IBPAD), milhares de internautas, desde então, começaram a compartilhar seus relatos na rede. Em um dia, mais de vinte e nove mil tweets com *#meuprimeiroassedio* foram contabilizadas, de acordo com informações do jornal El País. Os depoimentos eram dos mais variados locais e nas mais diversas situações:

"Ônibus cheio, eu sentada no colo da minha mãe (cega). Homem abre o zíper da calça e me mostra o genital. Eu tinha 8 anos. #primeiroassedio." @irismfigueiredo - 11:50 - 22 Oct de 2015.

"Aos dez anos um tio que morou conosco me assediou e fez propostas. Nunca comentei com a família por medo de me culparem. #primeiroassedio." @soraya_coelho;

"Sempre disse oi p/1 vizinho idoso e deficiente. Uma vez ele me chamou. Me apalpou e me tocou. Eu tinha uns 8 anos. #primeiroassedio." @fairymoon;

"Com 11 anos, eu estava indo para a aula de dança e um homem passou a mão na minha bunda. #primeiroassedio." @eigoldwoman.

É fundamental que se faça uso das redes sociais como um instrumento de conscientização social e política do sujeito e há nela uma arma poderosa e potente em favor dessa compreensão, porque é nesse ambiente onde há uma liberdade no que se refere a propagação de informação, que ela precisa ser de fato disseminada. É necessário que se fale sobre respeito, sobretudo respeito ao outro.

Em contrapartida, como especificamos logo no início do tópico, existe um grande número de usuários que também fazem uso desse ambiente interacional para propagar um contexto adverso desse espaço de conscientização. Logo abaixo, três imagens de tuítes mostram sobre como é socialmente naturalizada a violência sexual contra o gênero feminino:

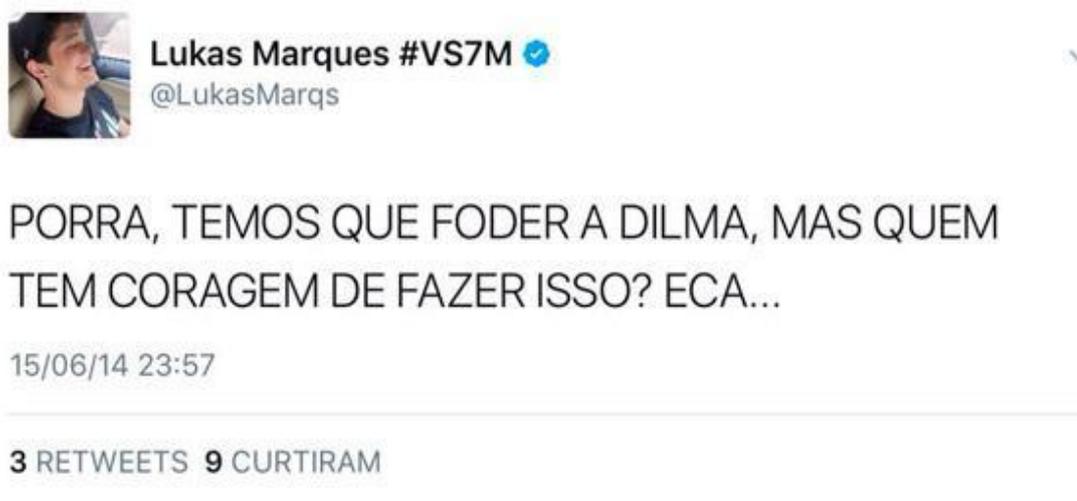
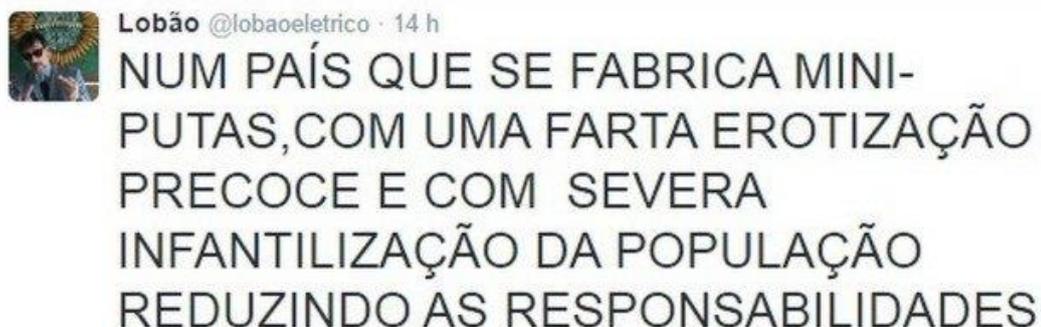


Figura 4: Tuíte ironiza violência sexual (2014). Fonte: Internet



↳ ↻ 40 ❤️ 70 ⋮



↳ ↻ 95 ❤️ 178 ⋮

Figura 5: Tuíte naturaliza a incidência e quantidade de casos. Fonte: Internet

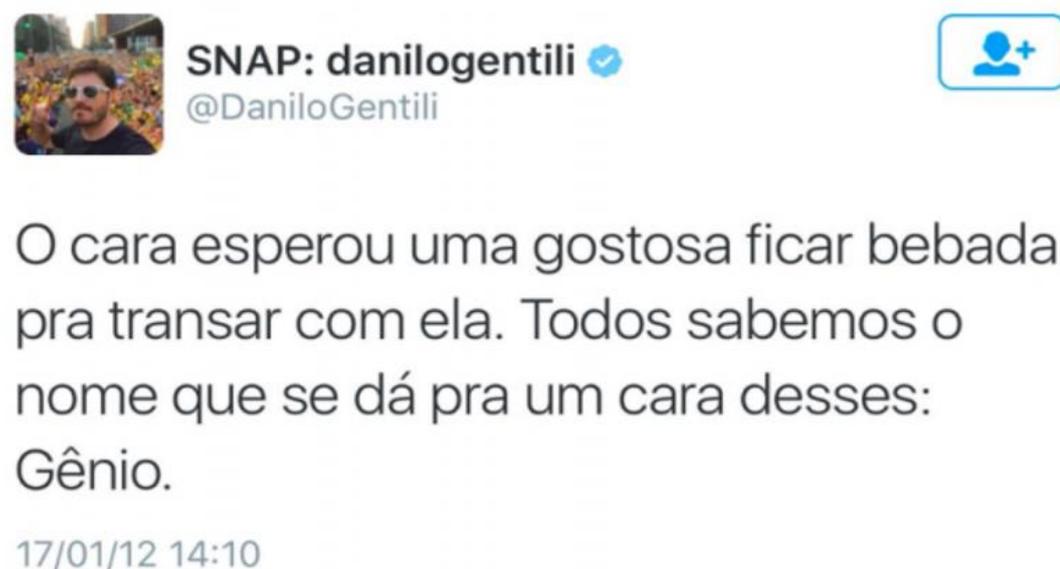


Figura 6: Tuíte valida a condição e o ato de agredir enquanto aceitável

Nas imagens 4, 5 e 6, é possível observar o discurso que é a cultura do estupro propagado de forma livre e sarcástica. A publicação da revista *Época* de maio de 2016, já mencionada nesse memorial, traz também uma reflexão sobre como redes sociais são usadas como instrumento de divulgar o crime, a publicação diz:

A junção de práticas abjetas com ferramentas contemporâneas não é inédita no mundo: terroristas do Estado Islâmico divulgam nas redes sociais vídeos com as decapitações de reféns, em nome de crenças da Antiguidade. Agora, sabe-se que o

Brasil do século XXI também tem seus neandertais digitais, que estupram uma menina como selvagens e têm orgulho de usar a tecnologia para exibir seu ato em redes sociais.

Outro caso pouco mencionado na mídia foi do atacante do Atlético Mineiro, Robinho. O jogador foi condenado em primeira instância pela nona sessão do Tribunal de Milão há 9 anos de prisão por abuso sexual em grupo; no Brasil, o crime praticado dessa forma é mais conhecido como estupro coletivo. O crime de estupro foi cometido por um total de 5 homens contra uma albanesa de 22 anos em uma discoteca na Itália, no dia 22 de janeiro de 2013. Na época, Robinho atuava pelo time do Milan, as informações são de acordo com matéria do Cidade Alerta Record em novembro de 2017, intitulada: *Robinho volta a treinar após acusação por abuso sexual*. O texto pode ser consultado no YouTube⁷. Além de pouco mencionado, o caso é minimizado em comentários da postagem:



Figura 7: Jogador Robinho após condenação (2017). Fonte: Cidade Alerta - YouTube.

⁷https://www.youtube.com/watch?v=Z_5XsLlcEgo

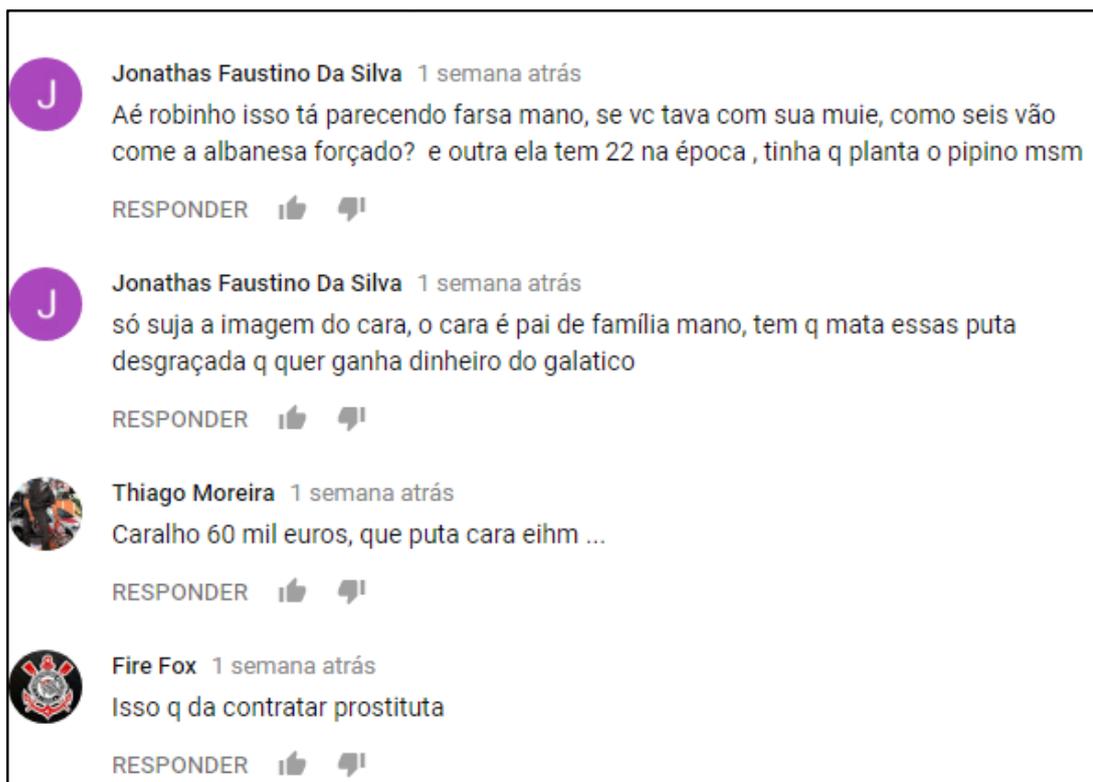


Figura 8: Comentários de ofensa contra a vítima após a publicação do canal de notícias (2017). Fonte: Cidade Alerta - YouTube.

Conforme apresentado nas figuras 7 e 8, existe um discurso opressor muito latente ainda. E é exatamente esse tipo de discurso que silencia, culpa e machuca a vítima, mas naturaliza a atitude do agressor. É lamentável, mas o caso do jogador não é único no esporte. Texto divulgado pelo jornal *O Tempo - Super FC*, em novembro de 2017, por Bernardo Lacerda, fez uma relação entre atletas do futebol acusados por crimes de violência contra a mulher; a publicação cita o nome dos envolvidos e faz um pequeno apanhado do caso. “Mancini: Curiosamente defendendo as cores do Atlético, em 2011, Mancini foi condenado, também pela justiça da Itália, a dois anos e oito meses de prisão, por ter estuprado uma jovem italiana em 2010.”; em seguida, Cristiano Ronaldo, que defende o Real Madrid atualmente, “Hoje melhor do mundo, o atacante foi acusado por uma jovem inglesa de abuso sexual, em um hotel de Londres. Porém, sem provas suficientes, CR7 foi inocentado pela justiça.”; “Danilinho: Em 2013 o jogador do Atlético foi acusado de estupro e ameaça de morte por uma garota de 18 anos. Após investigação, o jogador foi inocentado.”; “Brandão: Em março de 2011 o atacante do Olympique de Marselhe foi preso após ter sido acusado por uma garota de 24 anos de ter sido violentada em um carro, na França”.

O jornal *El País*, em 28 de novembro de 2017, publicou uma matéria acerca da

naturalização que o esporte reverbera para o crime, *Como o futebol alimenta a cultura do estupro e menospreza a violência contra mulheres*. O texto, de Breiller Pires, traz um pouco mais sobre o essa banalização da violência na fala do doutor em educação e autor de estudos sobre masculinidade e futebol. O texto diz:

‘Apesar do grave crime cometido pelo Bruno, os clubes não se envergonharam em contratá-lo como uma grande jogada de marketing, enquanto o Richarlyson, por exemplo, não consegue jogar’, compara Gustavo Andrada Bandeira, doutor em educação e autor de estudos sobre masculinidade e futebol, fazendo alusão ao ex-jogador do São Paulo, que, mesmo sem nunca ter se declarado gay, já sofreu com vários protestos homofóbicos de torcedores. Bandeira explica que os episódios de violência contra a mulher cometidos por jogadores refletem não só o machismo da sociedade, como também os agravantes do meio boleiro que reduzem a figura feminina a um objeto de consumo. ‘Se a violência contra a mulher já é naturalizada pelo homem comum, imagina pelo homem rico, famoso e idolatrado, como é o caso de muitos jogadores de futebol? Ele acaba pensando que a mulher não tem direito de lhe negar nada. E se sente protegido pela devoção incondicional dos torcedores, que tendem a culpar a vítima quando um de seus ídolos se envolve num escândalo desse tipo’, afirma o pesquisador.

O caso do jogador Robinho juntamente com de outros atletas são exemplos do quanto o crime é banalizado e o agressor em grande parte é absolvido nesse tipo de acusação. Há um processo de “colocar panos quentes” muito presente nessas situações. No site podemos notar mais sobre esse aspecto de impunidade,

Achei dois policiais em um quiosque, almoçando. Minha mãe veio andando atrás. Falei para eles que um homem tinha tentado me estuprar, e que me ajudassem, por favor. Disse a eles, que o Junior estava na praia, eu conseguia vê-lo. Um dos policiais me perguntou se eu tinha certeza que ele tinha tentado fazer isso. Eu, chorando, falei que não tinha sido ele a acordar com um pênis na cara. O outro policial disse que eu estava estragando o almoço deles. Mas foram lá e pegaram o Junior. Na viatura ele disse que não tinha feito nada comigo. Em 15 minutos a família dele chegou na DPIJ, e ele foi solto, porque não tinha enfiado o pênis na minha buceta. (relato Lorraine presente no site)

Outro ponto é na ilustração também presente no site. “Acontece que os policiais que o levaram a delegacia, tiveram a seguinte resposta do delegado, ‘não aconteceu nada, pode soltar’. Ninguém entendeu o real motivo disso. Ele foi solto”, descreveu a vítima no relato Valentina.

O single *Til It Happens To You*⁸, traduzido para o português *Até Acontecer Com Você*, composição de Lady Gaga, traz a cultura do estupro de forma explícita, acompanhada das etapas do crime que as vítimas sofrem e sobre as dificuldades no processo de recuperação do

⁸<https://www.youtube.com/watch?v=ZmWBrN7QV6Y>

pós trauma. Um trecho da música diz: “Até que aconteça com você / Você não sabe como é”. Em seguida: “Você me diz para manter a cabeça erguida / Manter a cabeça erguida e ser forte / Pois quando você cai, precisa levantar / Precisa levantar e seguir em frente / Diga-me como você pode falar isso? Como pode falar isso? Corrigir / Pois até você andar por onde andei Isso não é brincadeira.” Revela mais um ponto do single, que traz à tona mais uma reflexão: a ocorrência dos casos em âmbitos universitários.

A partir da música, vemos uma aproximação entre o relato Carla, Valentina - ilustração - e o que é descrito na composição: a dificuldade de lidar com trauma, de esquecer, o obstáculo de falar sobre ele, o silêncio que afeta e consome. O ambiente acadêmico também é um reprodutor do machismo, misoginia, que não calcula a distância que tange o respeito ao outro, ao corpo do próximo. O discurso que por vezes é munido de uma intelectualidade fajuta, oprime e silencia. Continua reverberando o social em todo o seu contexto de repulsa a que pode ser aplicado. É necessário questionar o respeito dentro da academia e principalmente no corpo discente, porque é dali que os portadores de ego veem uma superioridade perante outrem e, se não há zelo com a carne do outro, patente alguma fará sentido.

3. CONCEITOS NORTEADORES

De acordo com Bill Nichols, no livro *Introdução ao Documentário* (2012), existem dois tipos de documentário/filme. O primeiro é chamado pelo autor de *documentário de satisfação de desejos*, que é, na maior parte das vezes, considerado ficção. O outro se intitula *documentário de representação social*; nesse caso, encaixam-se os filmes que não tratam da ficção, e Nichols destaca:

Esses filmes representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos, tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e organização realizadas pelo cineasta. Expressam nossa compreensão sobre o que a realidade foi, e é o que poderá vir a ser. Esses filmes também transmitem verdades, se assim quisermos. Precisamos avaliar suas reivindicações e afirmações, seus pontos de vista e argumentos relativos ao mundo como o conhecemos, e decidir se merecem que acreditemos neles. Os documentários de representação social proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos. (NICHOLS, 2012, p.26-27)

Utilizamos o registro visual e sonoro na forma interpretativa dos relatos de mulheres que sofreram abuso sexual em qualquer etapa de suas vidas. A relação documental do trabalho

se tornou ainda mais importante à medida que pensamos o seguinte fator: as mulheres vítimas precisavam de um espaço de fala, contudo a coordenação desse espaço não devia transmitir a mensagem por elas. As mulheres narram por si. Somente quem vivencia sabe descrever/relatar com fidelidade a outrem o trauma. O importante era escutar e refletir. O tema se desdobra a partir dos relatos de cada sobrevivente. O produto audiovisual com reverberação na intermedialidade – composta também de imagens fotográficas e ilustração – tomou forma de acordo com esses pré-requisitos e as falas individuais de cada vítima.

O documentário se encaixa em duas características colocadas por NICHOLS (2012) em *Introdução ao Documentário*: primeiro, no modelo participativo, que é quando o cinegrafista também aparece e participa do projeto, pergunta, interage com a fonte, é sujeito ativo no processo que envolve a filmagem e reflexivo, por questionar e trazer indagações ao espectador a partir do tema; e do modelo performático, que demonstra como o conhecimento material possibilita o acesso ao entendimento de funcionamentos amplos que circundam a sociedade. Um modelo que estabelece uma relação mais próxima do cinema experimental (NICHOLS, 2012).

3.1 Documentário

Relatar o trauma envolve, também, empatia e cumplicidade, algo que pode ser construído entre documentarista e fonte, mas não entre fonte e espectador. É importante o ato do dizer para sermos capazes de pensar um futuro em que a realidade será diferente. Aqui, nosso intuito é desenvolver reflexões sobre o que podem ser nossas imagens e qual o papel do documentarista nesse contexto. E, ainda, como ser ético em relação às fontes/personagens? A partir disso, trazemos pontos mais específicos dentro do texto, como conscientização; o documentário como um instrumento de luta e empoderamento; os desafios/complexidades do projeto; a linguagem fílmica e as possibilidades de experimentação; o diálogo com outras linguagens e o uso das redes sociais na linha da intermedialidade.

3.2 Documentário como instrumento de luta e empoderamento

A linguagem fílmica é um aspecto que decidimos explorar desde o início, pela

potência que o material audiovisual poderia alcançar, uma força que é necessária para a abordagem do assunto. Ele possibilita que as palavras sejam ditas em formatos diversos. O documentário é não só nosso instrumento de luta como também de empoderamento a medida que, trazendo uma narrativa tão real do trauma, a reverberação dele gera reflexão.

É muito importante entendermos sobre o que é narrar o trauma, reviver ou superar? "Sobre Viver o Trauma" não é um porta-voz das vítimas porque não falamos por elas, mas organizamos um espaço de fala para as mesmas. Como em uma terapia, os relatos vêm separados, cada um em seu contexto e tempo. Quantas vezes nos dispomos e propomos a ouvir o outro? O quanto a gente se dedica a ouvir essa narrativa? Qual nosso papel como documentarista ao articular o pessoal, a memória individual do trauma, aos traumas coletivos, ao desejo político de gerar narrativas que falem de uma e de tantas mulheres?

O documentário é, para as vítimas, um espaço de fala, e para todos que se colocam no lugar de receptores dessa voz, há o segundo momento que é de reflexão sobre nosso papel enquanto cidadãos agentes de corpo social a que estamos inseridos. Esse é, em grande medida, o poder do filme: a fala. O que propomos é ato de ouvir o outro. O material fílmico se dá como uma arma de luta e empoderamento potente para elas e nós, ao passo que nos dispomos a ter empatia por cada depoimento.

Para Nichols (2012), o documentário, a produção de imagem, não é unicamente no intuito de representação do outro de maneira que eles mesmos não possam, mas sim, a de que o filme é capaz de intervir mais ativamente e afirmar sobre a natureza de determinado assunto. "Cada documentário tem sua voz distinta. Como toda voz que fala, a voz fílmica tem um estilo e uma 'natureza' própria, que funciona como uma assinatura ou impressão digital" (NICHOLS, 2012, p.135).

3.3 Desafios e complexidades

Antes de entendermos a dificuldade de ouvir os relatos de alguém em situação de trauma é muito importante que tenhamos a vontade de entender sobre a resistência que temos, de uma forma geral, de escutar o outro e do que pode fazer parte também do campo visual de imagem.

Eduardo Coutinho, no texto: *O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade*, (1997), descreve sobre o real e falso nos momentos de filmagem. Ele diz:

A câmera ficou a seis metros de distância, o que é absolutamente falso para uma conversa. Para aumentar esse aspecto de verdade da filmagem, aparecia na imagem uma pessoa sentada na cadeira e, ao lado, tinha um monitor onde ela podia se ver, o que tornava, portanto, mais artificial, portanto mais verdadeiro, o set de filmagem. No entanto, essa coisa distanciada, a seis metros de distância, etc., não deixou de produzir alguns dos depoimentos mais extraordinários do filme. (COUTINHO, 1997, p.168)

Felipe Bruno Martins Fernandes, no artigo "*Os desafios da "Escuta Ativa": manifesto por uma gestão queer em políticas feministas e LGBT"*", traz a ideia de escuta ativa como forma de alcançar igualdade de direitos e somar forças não só para mulheres que sofreram algum tipo de violência como também o público LGBT. "A estratégia da escuta ativa implica diagnosticar as vozes favoráveis e contrárias ao alcance de igualdade de direitos para mulheres e LGBT, e também os discursos que circundam o combate às violências; sintetizá-los e buscar problematizá-los com as políticas" (FERNANDES, 2014, p.08). De acordo com o autor, é através da escuta ativa que podemos entender como autoridades e grupos que dialogam com o Estado fazem intervenções no intuito de gerar políticas públicas que trabalhem por esse direito de igualdade.

A escuta ativa não deve ser entendida de forma simplista, ou seja, possível apenas em um fórum adequado com participação da sociedade civil. A escuta ativa é um processo e uma posição das gestoras e gestores no mundo, o que quer dizer que ela se dá não apenas no horário de trabalho, mas em uma escuta da sociedade como um todo em suas possibilidades individuais. (FERNANDES, 2014, p.08)

Há um embate entre o que dizemos e o que não dizemos, porque o silêncio também é um grande detentor de respostas e ao mesmo tempo capaz de causar uma série de questionamentos. O documentário registra a palavra, mas também o silêncio. O silêncio diz muito quando não está dizendo. No processo de produções nos deparamos com discussões que são de extrema importância na construção do filme: como filmar o outro? Qual a relação documentarista e fonte/personagem nesse caso? O que significa a presença do masculino nesse contexto?

Na procura pelas sobreviventes, enfrentamos logo o desafio de conseguir chegar a elas, pessoas com vozes abafadas pelo meio social, em que há uma naturalização do choque. No início, tínhamos o intuito de tratar do tema dentro da região de Ouro Preto e Mariana, em conversas com amigos mais próximos, começamos a explicar o projeto, inclusive já pensando na dificuldade que teríamos pela frente. Era sabido que, encontrar mulheres vítimas para relatar em um documentário não seria uma tarefa simples. A relação criada socialmente entre

vítima e culpa gera uma barreira difícil de se transpassar, raras as vezes que essas mulheres falam abertamente sobre o abalo que sofreram. Nesse aspecto lidamos com uma complexidade inicial que é a localização dessas pessoas. O momento da fala, tido na etapa seguinte, também se apresentou como uma tarefa árdua, tanto para quem diz, quanto para quem ouve.

A imposição da presença de um homem no local da gravação, mesmo com duas repórteres mulheres ali presentes, também gerou um desafio e, com a saída da Agliene, uma integrante do sexo feminino, essa incitação aumentou. No caso do Rodrigo, como estar ali sem que a vítima se sinta desconfortável? Deveria ele manter-se “invisível”? Qual o papel de um homem na realização de um filme sobre violência contra mulheres? Na produção do filme, buscamos, no convite para participação no filme, deixar claro esse ponto: a presença de um homem no trabalho como receptor dos relatos, visando a compreensão de como isso poderia afetar o depoimento das vítimas. Ana Paula Santana, intérprete do relato Antônia, falou sobre a percepção dela de um homem presente na construção do documentário,

Acho importante. Porque é muito importante você empoderar alguém e falar com uma mulher, fazer ela se dar conta de tudo que ela sofre. Esse é o primeiro caminho para que ela tente não sofrer e reagir. Mas é fundamental falar isso para os homens que estão dispostos a ouvir porque aqueles que não querem ouvir podem gerar uma agressão dupla. Quero que vocês percebam a agressão que existe em vocês, e os quero do lado pra lutarmos juntos. Toda ajuda é muito bem-vinda.

Existia outro questionamento na qual tínhamos que nos atentar no decorrer de todo o processo, podemos chamar de *campo minado*; nosso trabalho se desenvolveu mediante depoimentos e vidas de mulheres no pós trauma, é extremamente importante e fundamental para nós, diante de um tema tão delicado, que ele não represente, na menor das hipóteses, uma outra violência contra essas mulheres. Assim, nosso questionamento era: como produzir um filme e dar visibilidade a ele a partir disso?

Além das colocações citadas anteriormente, havia outra reflexão que para nós foi tida como primordial; as depoentes criaram conosco uma relação de empatia e cumplicidade, e colocamos pra circular a narrativa para outras pessoas que não estabeleceram essa mesma relação. Ela pode ser gerada entre documentarista e fonte, mas não entre fonte e espectador. O documentarista quebra esse pacto de confiança com a fonte porque sabe que seu filme irá levar aquelas palavras, íntimas, para além do espaço e do momento da gravação. Por outro lado, é importante falar para sermos capazes de pensar um futuro onde a realidade será diferente. É nesse contexto que justificamos a forma em que filme foi produzido, a partir de

relatos narrados, uma forma de proteger e salvaguardar uma narrativa em que não sabemos a forma que isso pode retornar contra as vítimas, como elas podem em um segundo momento serem estigmatizadas, onde elas também podem sofrer de alguma forma uma espécie de retaliação por terem se disposto a dizer algo contra a violência e sobre os abusos que elas sofreram em algum momento da vida.

3.4 Redes sociais e intermedialidade

Diante da necessidade de não só trazer a linguagem fílmica, buscamos também recursos que nos proporcionassem modos de expandir a visibilização do produto e, a partir disso, procuramos um meio para circulação do produto e estratégias para fomentação do debate. Decidimos então fazer uso de um site que possibilitaria essa publicização mais ágil, que atuaria como desenvolvedor da intermedialidade para o trabalho.

Dessa forma, conseguimos dialogamos com outras linguagens através da plataforma on-line que abriga o filme, ilustração e ensaio. Ela é, assim, uma alternativa de divulgação do produto mais fácil e rápida, nas redes sociais, por exemplo. Podemos utilizar o Facebook como uma forma de divulgação direta do trabalho como um todo e imediata a partir da disponibilização do link do site.

4. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Partimos em um projeto extremamente complexo, desde a busca inicial pelas fontes até o nosso próprio papel dentro da temática em que ele se insere. Buscar e trazer esses relatos requer de nós, além de toda experiência acadêmica e social atribuída nos últimos anos, também um preparo psicológico e uma atenção individual com cada sobrevivente, sobretudo, empatia pelos relatos de cada depoente. No projeto relativo ao trauma, lidamos com questões que podem fugir do nosso domínio, como, por exemplo, o campo ou meio que envolve a Psicologia, aspecto essencial no desenvolvimento do trabalho e que excede as competências que aprendemos no curso de Jornalismo. Nos baseamos em consultas a textos de reportagem

on-line⁹; conversas com profissionais da psicologia¹⁰ e assistência social¹¹, visitas on-line a grupos feministas¹² na rede e incentivo a não disseminação da cultura que envolve um machismo que fere não só fisicamente, mas psicologicamente o gênero oposto.

Iniciado em setembro de 2016, o trabalho que até então estava intitulado “As Sobreviventes do trauma” passou a ser identificado como “Sobre Viver o Trauma”. A mudança veio por uma questão de maior coerência com o que tínhamos: mulheres que vivem o trauma, de forma rotineira, em memórias que afetam. O trabalho, no primeiro momento, vinha com intuito de abordar a narrativa do trauma dentro da região de Ouro Preto e Mariana, mas migrou para um aspecto mais geral que foi essa recepção de relatos de outras localidades porque mesmo depois de um ano de pesquisas de campo junto a instituições e conversas paralelas no meio social, com amigos, pessoas da localidade, chegamos em alguns poucos casos mas as vítimas se preservaram no direito de não falar.

A alteração no número de integrantes do grupo foi muito conflitante dentro do processo de produção do documentário. Possuíamos uma quantidade maior de membros, o que resultava em possibilidades diversificadas quanto aos rumos da proposta e diferentes formas de desenvolvê-las, tendo em vista a complexidade do tema. Após a saída de dois dos integrantes, novos questionamentos surgiram, tanto entre os estudantes, quanto do orientador. Depois da saída de dois dos quatro membros do grupo uma nova proposta surgiu, a de ampliar o tema: não tratar somente do estupro, mas de outras violências que as mulheres sofrem. Nosso orientador levantou que a abordagem poderia facilitar a aproximação em relação às vítimas e a disponibilidade destas em falarem de suas experiências. A ideia seria falar de outras violências contra a mulher, cotidianas, não necessariamente marcadas pela severidade do estupro.

Essa ampliação nos pareceu ali muito interessante e foi muito discutida dentro do grupo, contudo, ela só seria repensada caso não houvesse a possibilidade de trabalharmos com a proposta inicial. A abertura da temática era de fato uma grande facilitadora, visto que não foi tão simples encontrar essas sobreviventes e, ainda mais, ter os depoimentos das mesmas.

⁹<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/cada-11-minutos-uma-mulher-e-violentada-no-brasil-e-ainda-ha-quem-diga-que-culpa-e-da-vitima.html>
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931609-brasil-registrou-135-estupros-e-12-assassinatos-de-mulheres-por-dia-em-2016.shtml>
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5780>

¹⁰Samuel R. Silva psicólogo no Creas Mariana; Nazira Peixoto, psicóloga na rede pública/prefeitura da cidade de Mariana.

¹¹Aline Testasicca - Assistente Social no Instituto Siame em Ouro Preto

¹²Grupo Think Olga; AzMina; A Culpa não é da Vítima; Moça seu relacionamento é abusivo; Não deixe a libido morrer! e Coletivo Marias.

Tínhamos poucos relatos, pouco diversificados, e queríamos dar continuidade ao projeto do filme. Depois de um tempo, surgiu a possibilidade de encontrar algumas mulheres e ter esses relatos na cidade de Ouro Preto. Em conversa com a psicóloga Nazira Barbosa, soubemos da existência de um instituto de atendimento à mulher na cidade, que foi criado pelo poder judiciário municipal há treze anos: o Siame – Serviço de atendimento à mulher. Nossa expectativa era continuar buscando esse número de fontes com o auxílio do instituto e da psicóloga, que nos direcionaria para outras fontes. Contudo, no desenrolar da produção, outros caminhos foram sendo observados. Nos deslocamos até o instituto, mas, mais uma vez, enfrentamos dificuldades para encontrar vítimas dispostas a relatar. Novamente, o silêncio, que vem de uma sociedade que já o impõe desde os primórdios, e que também cala as vítimas, fica mais perto de nós.

Nossos objetivos se voltaram para retratação do pós-trauma, uma observação da perspectiva de recuperação física e psicológica, problematização do trauma a partir dos relatos de quem passou/passa por ele. O produto partilha narrativas sobre traumas das vítimas de estupro. Os relatos são captados em dois formatos: audiovisual e em texto, e mostram algumas das diversas marcas psicológicas que eles causam às mulheres, como eles afetam e são reproduzidos pelas vítimas no cotidiano. Qual apoio que essas mulheres encontram? Como é a vida delas atualmente? Como essas marcas afetam o cotidiano? O que usam como ponto de fuga? Por que é tão difícil relatar o trauma no ambiente familiar e social? Já tiveram apoio profissional? Como é o processo de recuperação? Hoje, elas próprias se vêem como mulheres que não só passaram pelo trauma, mas também sobreviveram a ele?

Logo de início e mesmo diante da complexidade do projeto nos mantivemos em extremo ânimo, mas alguns planos fogem ao que estipulamos no decorrer dos processos, sejam eles acadêmicos ou cotidianamente externos a esse ambiente. Ao darmos continuidade à produção, nós, alunos, estávamos em momentos onde teríamos uma dificuldade em seguir qualquer demanda do trabalho. Trancamos a disciplina no dia 15 de maio de 2017. A partir dali, a produção foi adiada por meses. Nesse tempo, entendemos sobre o quão necessário foi esse processo de postergar mesmo com suas dificuldades de compreensão. Usamos esse espaço cronológico como uma forma de nos restabelecermos psicologicamente e no que tange o emocional – condição elementar para zelo com nossa saúde mental. Nesse período, nós dois, alunos, nos mantivemos longe do projeto, como forma de nos reestabelecermos.

Regressamos em Outubro de 2017, mais especificamente na segunda semana, depois de uma orientação que foi ponto chave para esse retorno; uma conversa sobre como nós,

alunos, estávamos nos sentindo frente a nós mesmos. No retorno, tivemos dificuldades para entender novamente tudo o que havíamos planejado até então, a que passo estavam nossas demandas, quem eram nossas fontes e por quais caminhos seguir a partir daquele momento. Novamente, surgiu a possibilidade, diante da dificuldade de encontrar fontes para o documentário, de expandirmos o tema. Poderíamos assim, trabalhar de uma forma mais ampla, o que daria conta de outras violências contra a mulher: física, doméstica, emocional, entre outras. A nova possibilidade, apesar de muito discutida, não foi levada adiante.

Continuamos com o tema proposto inicialmente, mas decidimos por uma nova forma de recepção desses relatos: eles deixariam de ser exclusivamente locais. A partir disso, fizemos publicações em grupos nas redes sociais, mais especificamente o Facebook, explicando sobre o projeto e também pedindo, caso mulheres alí se interessassem em contribuir, para que enviassem seus relatos em forma de texto e com nomes fictícios se assim desejassem, a mensagem poderia ser enviada de forma privada na própria rede ou e-mail do projeto mencionado no início desse trabalho. Na publicação, justificamos que posteriormente utilizaríamos os depoimentos em um documentário, quando o relato seria narrado por outras mulheres que dariam voz às narrativas de abuso.

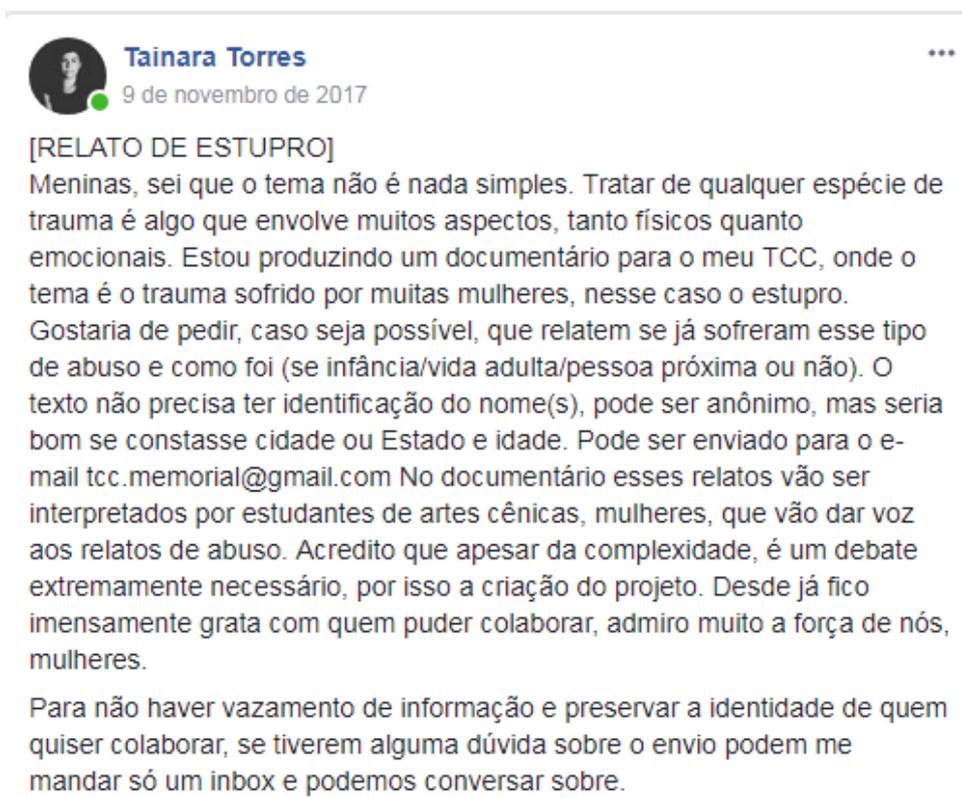


Figura 9: Publicação sobre o pedido em rede social (2017). Créditos: Tainara Torres.

Foram cerca de 8 publicações em 6 grupos no facebook com o pedido; enviamos

também diretamente por e-mail para movimentos feministas no Brasil e algumas solicitações direcionadas em caixas de mensagem no Facebook. Em cada um desses envios com pedidos, explicávamos sobre o projeto, sobre como ele seria construído, sobre as possibilidades de esse relato fazer parte do site, filme ou ilustração. Buscamos também através de conversas informais com pessoas dentro e fora da Universidade, amigos que conheciam outros amigos e instituições como Siame, em Ouro Preto.

Esse novo modo de receber os depoimentos daria conta de um aspecto muito importante dentro do trabalho: as não identificações, porque eram por escrito, e com nomes fictícios. Tínhamos duas colocações importantes para chegar a narrativa encenada: primeiro, lidar com a necessidade de proporcionar um espaço de voz, onde as vítimas pudessem falar, mas sem identificá-las, e em segundo, a necessidade do não reconhecimento; a partir de então, entendemos que trazer esses relatos narrados por outras mulheres daria subsídio às falas das próprias vítimas, para que não houvesse qualquer identificação posterior delas. A narrativa feita por atrizes foi a cooperação necessária no processo de resguardar a fisionomia delas.

O interesse do grupo na recepção dos relatos foi desde o início de que os depoimentos se dessem a partir dos diferentes perfis das vítimas entendendo aí as interseccionalidades – a mulher negra, a mulher pobre, a mulher trans... – contudo, não tínhamos controle sobre os relatos que posteriormente receberíamos. Dentro do documentário, o desejo era de diversificação dos relatos, mas, por contingência de produção, o possível não alcançou esse objetivo. As sobreviventes que relataram para o filme têm em torno de 17 até 27 anos de idade, das cinco mulheres, três se autodeclararam brancas e duas negras. O passo seguinte foi articular entre os relatos que tínhamos e como seriam definidas as mulheres que dariam voz a eles.

Na escolha de quem seriam as mulheres para narrar esses relatos, tentamos manter uma proximidade entre vítima e a mulher que narraria o texto. Nos baseamos na idade e cor da pele como aspectos mais importantes, nosso intuito nessa aproximação física foi para que a vítima, ao se deparar com o trabalho pronto, pudesse se sentir representada dentro do relato. A partir daí, iniciamos uma busca por mulheres da região de Mariana e Ouro Preto que tivessem interesse pelo trabalho para se dedicarem à narrativa. Usamos redes sociais, amigos, pedidos por e-mail. À medida que tínhamos os relatos fechados, prontos para serem narrados, decidíamos seu destino: documentário ou site. Tínhamos o interesse em diversificar, dentro das nossas possibilidades, ao máximo os relatos dentro do filme, fossem pelas situações, por faixa etária ou por condições socioeconômicas das vítimas. No convite para que atrizes

participarem do projeto buscamos traços físicos que as aproximam das reais vítimas, maior parte pela cor da pele, idade e, em alguns casos, o formato do rosto e cabelo, como foi com a atriz Lílian intérprete do relato Lorrainy. Depois das atrizes escolhidas e contatadas, fazíamos o envio do relato onde elas precisavam decorar, mas tinham liberdade para deixar o texto mais “falado”, desde que ele não perdesse características nem contexto, como foi o uso do “tipo”, “e aí”, “daí”, que foram empregados entre as falas na narrativa.

No início das gravações, ficamos impossibilitados de utilizar o espaço do estúdio de audiovisual pelas reformas do espaço que estavam acontecendo na época. Procuramos um espaço dentro da instituição com o menor nível de ruído possível; utilizamos a sala de rádio 411 sempre nos finais de semana, porque havia um fluxo menor ou quase zero de pessoas, o que facilitaria na não absorção dos ruídos externos na captação de áudio. Trabalhamos com empecilhos severos nessa fase: falta de iluminação propícia no ambiente, espaço reduzido e como trabalhar na construção de um filme em um espaço com tantas demandas de uso. Utilizamos o espaço sempre aos sábados, o que em contrapartida diminuía nossas chances de terminar o trabalho, já que a quantidade de dias entre um fim de semana e outro é determinante no processo de construção. Positivo ou negativamente. Optamos pelo uso no fim de semana devido à baixa circulação de pessoas no ambiente, já que ruídos sonoros atrapalham e muito no processo de captação do áudio e na edição dos vídeos.

Para solucionar as questões relativas à iluminação, compramos panos na cor preta, para fechar todas as entradas de luz que vinham da parte externa da sala e um adaptador de bateria para o Led que utilizamos. A cada data de gravação, fazíamos o mesmo processo de colocar os panos, retirar todas as cadeiras da sala, montar iluminação e posicionar a cadeira para a depoente/atriz. Abaixo, uma ilustração sobre a disposição dos materiais na sala:



Figura 10: Foto da sala de rádio. Cenário usado para as gravações (2018). Créditos: Tainara Torres.

Os equipamentos que tínhamos em mãos eram uma filmadora, led, gravador e microfone lapela, todos da instituição. Contamos também com o auxílio de um adaptador de bateria com carregador direto no led para não haver modificação na intensidade da luz no momento da gravação, uma câmera canon T5i, tripé, extensões, cabo para o microfone; material que adquirimos no decorrer do processo. O quadro de filmagem, por fim, era uma cadeira e a atriz. Bordas e fundo do quadro escuro. Pensamos nesse modo de construir a imagem pelo fator possibilitador de usarmos a parte escura do quadro como uma área de informações sobre dados estatísticos referentes ao crime de violência.



Figura 11: Enquadramento final de imagem. Créditos: Rodrigo Sena

Nos relatos narrados, após a fala do texto, direcionamos questionamentos para as intérpretes. As atrizes responderam sobre como foi dar voz para aquele relato, como foi ser a vítima naquele momento, como é ser mulher em uma sociedade cercada pelo machismo e, também, o que ela acha da presença de um homem como receptor da fala sobre a violência sofrida por outrem. Esse ponto foi, para nós, um dos fatores mais problematizados na produção: qual a visão delas de um homem em um projeto que trata da violência sexual contra a mulher. Diante disso, nosso período de gravação para cada relato durava em média quatro horas em cada um deles, e esse prazo às vezes se estendia.

Na captação do material, não fizemos uso de um roteiro. Partimos de uma proposta de filmagem que envolvia de início a interpretação do relato pela atriz e, em um segundo momento, uma entrevista com as atrizes, na qual elas podiam expor sobre a violência na perspectiva delas. Tínhamos também a fotografia/plano de imagem definidos. Desse modo, o processo de captar o material se deu a partir dessas duas diretrizes. Reunido o material pretendido e unido aos materiais extras que foram os dados, as manchetes de jornais em formato de imagem sobre feminicídio, estupro e fotos do ensaio fotográfico. A partir desses três tipos de conteúdo, construímos um roteiro de montagem e não de captação. Trabalhar somente com o roteiro de montagem foi para permitir que durante a captação as atrizes se expressassem de forma mais livre para exteriorizar também o que elas quisessem e para que nós pudessemos nos abrir também à essas histórias. Depois de já termos as histórias vimos

com isso poderia ser arranjado e para o processo seguinte de edição no formato final optamos pelo roteiro na montagem. Assim, o roteiro não limita ao processo e, sim, adapta-se a ele. De acordo com Sérgio Puccini em “Roteiro de documentário: Da pré-produção à pós-produção”,

O roteiro de edição será resultado de uma leitura atenta das imagens e dos sons contidos no material bruto. Esse roteiro poderá ou não seguir a estrutura proposta pelo tratamento escrito na fase de pré-produção, texto que serviu como mapa para orientar as filmagens e definir os principais pontos de interesse do documentário. A experiência de filmagem, bem como o contato com o universo abordado, pode subverter noções preliminares, esboçadas na pré-produção, criando novos focos de interesse para o filme, o que obriga, ao realizador, pensar em uma nova organização do material, que incorpore essas mudanças. (PUCCINI, 2009, p.101)

Tivemos um grande apoio colaborativo na produção do material tanto para o documentário, quanto site. Só para os relatos, entramos em contato com cerca de 30 pessoas e, logo após fazíamos o envio do relato já com data e local para gravação agendados. Contudo, como em todo processo, tivemos uma série de imprevistos: como usávamos a sala de rádio nos fins de semana, tiveram vezes em que as chaves da sala não estavam na guarita, então precisávamos organizar, fosse por ligação ou procurando os profissionais responsáveis pelas chaves, um modo para que alguém pudesse ir ao ICSA e abrir a sala para não perdermos nenhum dia de gravação, muito menos a atriz com disponibilidade na data. Muitas desmarcações aconteceram com as atrizes também, imprevistos pessoais, algumas desmarcações aconteciam poucos dias antes da data agendada ou no dia mesmo, cerca de 15 minutos antes da gravação. Nas vezes que passamos por isso, começávamos tudo de novo: encontrar outra atriz, checar disponibilidade dela e nossa para agendar a data e horário da narrativa, enviar o relato, arrumar toda a sala para gravação horas antes e por fim, gravar. Em todas as datas, retirávamos todas as cadeiras da sala, fizemos isso cerca de 12 vezes entre testes de luz, gravações que deram certo ou não e desmarcadas.

Na produção do ensaio também tivemos alguns obstáculos até o resultado final: fizemos cerca de nove agendamentos com três atrizes diferentes. Nove datas firmadas para que ele acontecesse, em cada uma delas, nos organizávamos nas solicitações de equipamento fotográfico para os professores do curso. Fizemos mais de três solicitações para utilizar a sala 15 - sala preta - no espaço do DEART/UFOP através de formulários assinados, mas, na condição de alunos de outro departamento não tivemos os pedidos atendidos, mesmo fazendo parte da mesma instituição. Faltando poucos dias para o fechamento da produção conseguimos o espaço do Teatro do Dragão, em Passagem de Mariana. Depois de tantos agendamentos, tivemos um dia para produzi-lo.

4.1 Diálogo com as atrizes

Perguntamos para as atrizes sobre como foi narrar a história de outra mulher:

Ana Paula Santana: Narrou o relato Antônia. “Quando me procuraram para participar, fiquei feliz de poder narrar alguém, de poder ajudar, fiquei muito feliz com a proposta de vocês, mas quando eu li o depoimento da Antônia eu achei ele extremamente forte, muito sério. Então, eu chorei um tempo, acho que pensar ser ela, dar voz a ela e sendo mulher também, é se colocar um pouco nesse lugar e se reconhecer em alguns momentos, reconhecer ela na sua amiga, reconhecer ela em você, isso é muito difícil, mas isso é muito preciso. É muito importante falar sobre Antônia.”

Jéssica Ferreira: Narrou o relato Força. “É muito difícil, né? Eu não sei dizer ainda qual que é o sentimento, mas é alguma coisa entre estar encurralado, um desespero e uma impotência que não dá para dizer. Até porque eu estou aqui só lendo, né? E falando um pouco, contando essa história. Mas, mesmo ela, também deve se sentir encurralada assim. É um relato muito forte e que mexe muito com a gente. Ele toca em feridas muito fundas da sociedade. Só fico me perguntando que é uma criança. O que a gente está fazendo com as nossas crianças? É muito doído, mesmo que não tenha sido comigo, eu acho que é muito difícil. Mesmo não sendo eu é difícil falar, se colocar dessa forma. Mesmo não sendo a minha história, parece que sou eu que estou me expondo. E isso é muito difícil.”

Lilian Colombari: Narrou o relato Lorrainy. “Acho que enquanto mulher todo mundo se imagina quando ouve um relato de estupro ou de violência, se imagina tendo a possibilidade de passar por essa situação. Às vezes dá uma sensação de querer poder estar lá naquele momento, para fazer ser diferente, para ajudar essa pessoa que superou isso de alguma forma, né? Que está vivendo. Acho que enquanto atriz, é um texto que não tem como ter uma empatia por ele. Tem a relação de entender que é uma outra pessoa, entender que é importante tentar respeitar tudo o que aquela outra pessoa está querendo dizer para o mundo. Pensar que representa a voz de uma mulher e que pode estar representando a voz de todas.”

Maria Luz: Narrou o relato Yasmin. “É um processo muito difícil, né? Por ser mulher a empatia é automática. É inevitável a gente se colocar no lugar e pensar que a vítima poderia ser eu, minha irmã, minha mãe ou minhas amigas. A gente é a vítima em potencial. E mais

que isso, né? Você percebe os detalhes do relato e o quanto ela era nova. Isso dói, né? Dói muito. Acho que esse processo de empatia faz com que a gente sinta essa dor junto. Então, a primeira vez que eu li, eu me identifiquei muito e eu precisava desligar esse meu lado emocional para não sofrer demais, não sofrer junto e conseguir controlar a fala, dar as pausas necessárias. Tem sido difícil, né? Tem sido difícil saber que isso aconteceu com ela tantas vezes e aconteceu com várias outras mulheres, tantas outras vezes, que acontece e que, infelizmente, vai acontecer.”

Marina de Nóbile: Narrou o relato Carla. “Eu me identifiquei muito com essa questão da Carla. As pessoas têm muita propriedade sobre o corpo feminino, elas sabem tudo sobre o corpo feminino, acho que a única pessoa que não sabe sobre o corpo feminino é a mulher. ‘Ah, você está de TPM’, ‘A, você está chata’, ‘Ah, você está não sei o que’, todo mundo sabe do nosso corpo, mas na hora que a gente sente as coisas, na hora que as coisas acontecem com a gente, ninguém faz ideia do que é, sabe? Eu morro de medo de gerar um filho. Eu quero ser mãe, eu quero ter uma criança, eu quero cuidar de uma criança, mas imaginar esse feto crescendo no meu corpo, imaginar o parto, ‘Ah, mas você consegue, seu corpo foi feito para isso, você é uma mulher, mulheres nasceram para parir’. Eu não nasci para parir, cara. Eu nasci para existir, eu nasci para ser feliz. E as pessoas falam que isso é frescura, ‘na hora H você consegue’. Que hora H? Mas, e se eu decidir não ter um filho? Tudo bem, eu vejo muitas mulheres que têm parceiros que querem muito ter um filho e elas não querem, nunca quiseram. Só que de um jeito velado, uma forma carinhosa, isso vai sendo colocado na cabeça dela que ela tem que gerar esse filho, porque ele quer e não pode fazer isso sozinho. Mas ainda é o corpo dela. E ela pode ter medo, ela pode não querer ter, ela pode querer adotar uma criança. E é isso que as pessoas não entendem. Quanto mais você fala sobre isso, que você tem medo, e é medo, tipo, tem gente que tem medo de fantasma, eu tenho medo de parir. E as pessoas falam ‘não, seu corpo é para isso, você vai conseguir’. Então, quando eu vejo essa mulher, que gera uma filha sem querer, em um momento que ela não estava preparada, sozinha, sem dinheiro, sem apoio, pensou em abortar e não pôde. Porque tem essa questão também, né? E eu imagino que, se eu escolhesse ter um filho, o quanto isso ia ser difícil para mim, para eu vencer todos esses meus medos, imagina para essa mulher, sabe? Eu nunca vou sentir o que ela sentiu, porque eu nunca engravidei, eu nunca tive um filho. Da mesma forma que eu nunca vou sentir o que uma mulher negra sente, porque as experiências são completamente diferentes, mas tem uma coisa que é unânime, que é o medo que a gente sente

das coisas e a vulnerabilidade. Acho que isso une todas as mulheres numa causa só, tentar vencer esse medo e essa vulnerabilidade social que a gente tem.”

3.2 A fotografia na narrativa do trauma

No que se refere a produção de imagens, o ensaio fotográfico foi gerado a partir de planos em detalhe como forma de representar as memórias em fragmentos das vítimas. Uma possibilidade de retratação no que tange a imagem para representar na fotografia as lembranças de trechos segmentados do abuso. As fotografias foram produzidas no espaço do Teatro do Dragão, em Passagem de Mariana, com auxílio da estudante de Artes Cênicas Isabella Mayrink. São imagens fortes que foram produzidas a partir de uma performance feita pela atriz, evidenciando semblante, partes do corpo como boca, olhos e mãos – foi importante também que não houvesse nenhuma espécie de sexualização do recorte fotográfico na forma de representar. O que buscávamos a partir dos enquadramentos era tê-los como facilitadores para o entendimento do espectador com a linguagem audiovisual, visto que o corpo se manifesta de acordo com a fala e o sentir. A intenção foi produzir imagens que registrassem o sentir no momento de fala: alívio, choro, indignação e medo.



Figura 12: Ensaio Sobre Viver o Trauma. Créditos: Tainara Torres

Na figura 12, apresentada acima, fizemos uma alusão ao ditado popular “peguei ela no laço”, a ideia é trazer a reverberação negativa de uma fala aparentemente banal ou “inocente”. Na foto o malfeitor está atrás da vítima, em um local escuro com baixa possibilidade de ser identificado, usamos essa condição imagética para tratar da dificuldade que a vítima tem de conseguir ver e reconhecer o agressor.

No material fotográfico, as fotos foram produzidas em torno do que é o trauma para as mulheres, a fotografia aqui tem o compromisso de retratar e dar forma ao que elas sentem, tornar mais palpável os momentos de angústia de cada uma delas. A intenção é aproximar o espectador do crime deixando ele mais próximos das diferentes realidades causadas pelo trauma, retratá-lo como uma realidade que vem crescendo na sociedade e que, antes disso, já estava enraizada nela.



Figura 13: Ensaio Sobre Viver o Trauma. Créditos: Tainara Torres

Na foto acima, figura 13, a cor da tinta aparente faz referência ao corpo machucado. O intuito é revelar o trauma como uma ferida aberta que sangra. As realidades que descrevemos aqui, situadas em um âmbito fotográfico são realidades que circundam dois aspectos muito importantes: a primeira realidade, que é a de quem fotografa, e a segunda, que é interpretativa,

nesse caso por parte de quem tem acesso à imagem posteriormente. Partindo desse contexto, a fotografia aqui se expressa por realidades diferentes, mas que, ao fim, buscaram uma única representação, que é a de, em certa medida, trazer visualmente o que é essa dor. Na imagem logo a seguir, tentamos representar o contexto de opressão e medo, pontos fortes na construção de todo o material fotográfico.

As imagens no trabalho também foram produzidas com pouca profundidade de campo, a pouca nitidez e desfoque nas fotos foram propositais com o objetivo de mencionar sobre a adversidade que é para quem sofreu com o trauma, enxergar o ato do trauma ou ver o criminoso. É um ambiente turvo e perturbador para a vítima. Tecnicamente foram fotografias produzidas para incomodar; o foco fora do lugar, no limite, é um reflexo do quanto a sociedade vê pelas laterais, ou quando não quer mais ver. Na imagem abaixo temos um exemplo dessa tentativa de reprodução:



Figura 14: Ensaio Sobre Viver o Trauma. Créditos: Tainara Torres

A figura 14 tem como intuito a busca pelo ar para respirar, que remete ao quanto é sufocante o silenciamento que as vítimas sofrem. Pouca nitidez e desfoque, pelo quanto é complexo para a vítima lembrar de momentos que sempre vêm fragmentados. O ensaio fotográfico faz parte de dois pontos importantes dentro do produto final, primeiro na montagem do filme, onde ele aparece dentro dos relatos intercalando com a fala das atrizes,

foram usadas 15 fotos ao todo no filme. O material também foi destinado para a plataforma on-line que abriga o documentário com uma seleção de 13 fotos.

4.3 Roteiro

O documentário não contou com um roteiro a ser seguido. As gravações foram feitas de acordo com os horários das vítimas ou atrizes. Não foi estabelecido um tempo para as gravações; cada uma definia o tempo necessário para manter silêncio, pensar e relatar. Ao final, algumas perguntas foram feitas.

Pré-produção
Foi necessário procurar um local para as gravações, na impossibilidade de usar o estúdio Audiovisual do ICISA. O local escolhido foi a sala de rádio, que conta com espuma nas laterais e uma porta grossa, de forma a evitar ruídos. Ficou definido que Tainara conduziria a conversa com as atrizes e Rodrigo seria o responsável por filmar. Os equipamentos escolhidos foram: uma câmera dslr da Canon, modelo T5i, lente 18-135mm; um microfone lapela conectado à câmera; um gravador (áudio auxiliar, para o caso de ocorrer algum problema com o áudio principal); um led usado na lateral, responsável por iluminar a vítima; um adaptador elétrico para o led (a bateria não dura muito tempo carregada); um tripé, que deu suporte à câmera, de forma a evitar que a gravação ficasse tremida. Panos pretos foram usados para escurecer a sala porque esta não possuía cortinas.
Produção
O plano escolhido foi o americano. A atriz ficou sentada, levemente de lado em relação à câmera, olhando para Tainara. A câmera ficou aproximadamente a um metro de distância (imagem 10). A luz da sala foi apagada e somente o led foi usado. Todos os relatos foram gravados da mesma forma, a não ser o relato gravado com uma das vítimas reais, também na sala de rádio, mas em outra posição, por ainda não possuir panos suficientes para escurecer a sala. Este relato está no site. Após os relatos, algumas perguntas foram feitas. Duas referências de documentários usadas na produção: <i>Edifício Master</i> , de Eduardo

Coutinho, que traz relatos em blocos. E *Precisamos Falar do Assédio*, de Paula Sacchetta, que traz relatos gravados com um fundo preto, um led e uma câmera.

Pós-produção

Um recorte foi feito para separar os relatos em dois blocos. O programa usado para edição foi o Adobe Premiere CS6. Na timeline do programa, os relatos foram dispostos em blocos, com um relato de cada vez. A música usada na abertura, nos dados e créditos finais: Tomorrow, do site Bensound. O site autoriza o uso da música, desde que creditada no final e na descrição do vídeo no YouTube. O áudio gravado pela câmera só captou uma das faixas - left (L). Para dividir o áudio entre as duas faixas foi usado o efeito *FillLeft*. Houve um ajuste de cores em alguns relatos que ficaram claros. O efeito de transição usado nos relatos e nos créditos foi o *Cross Dissolve*. Na música, os efeitos usados foram *Constant Power* (início) e *Exponential Fade* (final). A fonte usada na abertura e nos créditos dos relatos foi a *Caviar Dreams*, e a usada nos dados/informações e créditos finais foi a *Nunito*. O vídeo foi exportado no formato H.264, em HD.

Montagem: A construção do documentário se deu da seguinte forma: abertura com manchetes, relatos intercalados por dados e/ou informações, segundo bloco com o restante dos relatos, informações finais, nome do documentário e créditos finais. O relato escolhido para abrir o documentário foi o da Carla, que apresenta a história de uma vítima que engravidou e não conseguiu abortar. Seguido pelo relato da vítima Sofia, que na época tinha 14 anos e se enquadra em estupro de vulnerável. O terceiro relato foi o da vítima Antônia, negra assim como Sofia. Dessa forma, houve uma ligação entre os dados desses dois relatos. Da mesma forma com os dois relatos que fecham o documentário, de duas vítimas que foram abusadas na infância, Força, que relata a possível gravidez, e Yasmin, abusada várias vezes por amigos da família. O segundo bloco foi construído com os trechos finais dos relatos do primeiro bloco. Estes trechos trazem como essas mulheres se sentem hoje e/ou o que desejam para as outras mulheres. O primeiro bloco traz algumas fotos do ensaio produzido para o site. A ideia foi tentar casar as fotos de acordo com os trechos. Não foram usadas muitas fotos, de forma a não esconder o que foi dito pelo gestual, pelo rosto, pelo silêncio, enfim, pelas atuações das atrizes. A escolha pelo cenário preto e só a vítima/atriz em destaque foi para que somente elas tivessem protagonismo no local, sem nenhuma outra coisa para chamar atenção ou distrair.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se não só de um produto inacabado, mas também colaborativo. Inacabado pela frequência com que esses crimes continuam acontecendo e, a partir disso, como dito anteriormente, é lamentável, mas podemos continuar recebendo na plataforma on-line mais relatos de várias outras mulheres, que até então se sentiram silenciadas. É um produto dentro de um processo muito amplo, que age em favor da luta pelos direitos e pelo fim da violência contra mulher. É também colaborativo, não só pela união de nós, alunos e orientador, mas imprescindivelmente também por tantas outras mãos, de mulheres que se dispuseram a contar o trauma que sofreram, de atrizes que se posicionaram enquanto vozes, forma e identidade para essa narrativa que também é próxima a elas, por serem todas mulheres. A sororidade como um elo fiel de força, empatia, cuidado e proteção. Das mãos externas dos que auxiliaram em cada passo do processo da pré até a pós-produção.

Sobre Viver o Trauma tem o intuito primário de incitar uma discussão sobre o tema que ainda faz parte de um tabu social. Falar dói e não é fácil, mas é uma forma de sobreviver ao trauma, de viver o trauma; o poder e o limite da fala se encontram em um único processo nessa via de mão dupla. Quanto mais falamos sobre, mais percebemos o quão naturalizada está essa forma de violência, o que justifica a necessidade e a dificuldade do enfrentamento. A violência contra mulher ainda é um assunto restrito, porque lidar com trauma traz suas complexidades, lidar com um trauma que fala quando não querem que se fale, traz inquietações ainda mais latentes.

Este é, para nós, um assunto muito valoroso político e socialmente, que extrapola os muros da Universidade e notas para conclusão da graduação. Queremos, de fato, que o assunto alcance cada vez mais pessoas, que elas debatam sobre isso, que muitas mulheres vejam e entendam que a culpa não é da vítima, que outros homens se disponham a ouvir, sem julgamentos.

A potência no material produzido está na reflexão proposta por ele, que perpassa também pelo nosso papel enquanto peças da construção social pela não naturalização dos casos de estupro, o não silenciamento e não culpabilização da vítima.

A produção foi abarcada por uma relação de confiança, fossem as vítimas reais ou atrizes, conosco, alunos. Cada entrevista era um momento novo de troca, ensinamentos, empatia e zelo. Foi um espaço de abertura também para as atrizes e nós, num diálogo que, em sua totalidade, reverbera o esperado para cada momento da narrativa. Havia ali uma união em

quem narrava com a vítima real do crime e uma aproximação forte pelo gênero, pelo ser também mulher de cada atriz.

Houve, contudo, uma dificuldade maior na obtenção dos relatos, fossem revelando suas identidades, fossem descrevendo por escrito; deparamo-nos com o resultado de uma sociedade que oprime, vimos de perto o obstáculo que é para cada vítima falar sobre a violência que sofreram. O medo do julgamento vindo de terceiros. Nós nos dedicamos em uma empreitada arriscada: trabalhar com o trauma e de uma forma nem sempre tão usual para nós, alunos, que é o fazer-documental. Os empecilhos a cada dia de gravação, a necessidade de um número alto de materiais disponíveis e a disposição de cada agente dentro do trabalho foram contratempos, mas também objeto de conquista.

Aprendemos sobre o quanto é difícil falar sobre estupro e o quanto é difícil ouvir, mas, ao mesmo tempo, o quanto é importante que se fale e que se tenha o assunto como foco de debates dentro e fora da universidade, em casa, nas escolas, em todos os âmbitos sociais que nos cercam e de que fazemos parte. Esperamos de fato que “Sobre Viver o Trauma” ajude outras vítimas para que se sintam à vontade para desabafar para uma amiga, amigo, ente próximo ou não, profissional da psicologia ou só escrever. Que os homens se coloquem como ouvintes, que se permitam escutar. E que as sobreviventes, que vivem e lutam diariamente contra o sistema que muito as oprime, saibam que não estão sozinhas e que a culpa nunca foi delas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial.** *Soc. Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p.329-340, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200002>. Acesso em: 16 mar. 2017.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Art. 213 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10612010/artigo-213-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>> Acesso em: 12 de jan 2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** *Soc. Estado*, [s.l.], v. 29, n. 2, p.449-469, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **A violência contra as mulheres: um problema coletivo e atual.** 21 p. Disponível em: <<https://encontroprogramadeprotecao.files.wordpress.com/2012/02/a-violencia-contra-as-mulheres.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BUENO, Mariana **10 depoimentos chocantes de assédio na infância: campanha #primeiroassédio cresce.** Disponível em: <<http://www.vix.com/pt/bdm/abusos-sexuais/10-depoimentos-chocantes-de-assedio-na-infancia-campanha-primeiroassedio-cresce>>. Acesso: 27 mar. 2017.

CAETANO, Carolina. O. **Universitárias negam beijo e apanham em república de Ouro Preto.** Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/universit%C3%A1rias-negam-beijos-e-apanham-em-rep%C3%BAblica-de-ouro-preto-1.1241342>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

CAMILO, José Vítor. **Jovem denuncia agressão sofrida dentro de república de Ouro Preto.** Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/jovem-denuncia-agress%C3%A3o-sofrida-dentro-de-rep%C3%BAblica-de-ouro-preto-1.1422020>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

CARUSO, Marina. **Meu primeiro assédio.** Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/meu-primeiro-assedio.html>>. Acesso em 28 mar. 2017.

COIMBRA, Iana. **Um em cada três pessoas diz que estupro é culpa da vítima, diz pesquisa.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/09/um-em-cada-tres-pessoas-diz-que-estupro-e-culpa-da-vitima-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CORRÊA, Hudson, LAZZERI, Thais, GARCIA, Sérgio. **A cada 11 minutos, uma mulher é violentada no Brasil. E ainda há quem diga que a culpa é da vítima.** Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/cada-11-minutos-uma-mulher-e-violentada-no-brasil-e-ainda-ha-quem-diga-que-culpa-e-da-vitima.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

COSTA, Roberth. **Pai é preso após estuprar a filha de 9 anos em Ouro Preto; mãe denunciou crime à PM.** Disponível em <<http://bhaz.com.br/2017/06/30/pai-preso-estupro-filha/>> Acesso em: 12 jan 2018.

COUTINHO, Eduardo. **Edifício Master.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6p7cic-LhyQ>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

COUTINHO, Eduardo. **O cinema documentário e a escuta sensível de alteridade.** Projeto História, n.15, São Paulo, 1997, p.165-191. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11228/8234>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CUCHE, Dennys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** 1996, 245p. Disponível em: <<https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/cuche-dennys-a-noc3a7c3a3o-de-cultura-nas-cic3aancias-sociais.pdf>> Acesso em: 12 jan 2018.

D'AGOSTINO, Rosanne. **O que a lei brasileira diz sobre estupro.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/o-que-lei-brasileira-diz-sobre-estupro.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Diário Oficial da União - Seção 1. Maio de 2012, 204p. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=18/05/2012>> Acesso em: 12 de Fev 2018.

DIP, Andrea. **O pacto de silêncio continua, os estupros continuam.** Disponível em: <<http://apublica.org/2016/11/o-pacto-de-silencio-continua-os-estupros-continuum/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

DIP, Andrea. **O SOS de L., grávida do estupro, maltratada pela rede pública.** Disponível em: <<http://apublica.org/2016/04/o-sos-de-l-gravida-do-estupro-maltratada-pela-rede-publica/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

FARIA, Lucas. **Mulheres revelam histórico de estupros em repúblicas.** Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mulheres-revelam-hist%C3%B3rico-de-estupros-em-rep%C3%BAblicas-1.897827>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

Femicídio mata oito mulheres por dia no Brasil; confira relatos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/10/femicidio-mata-oito-mulheres-por-dia-no-brasil-confira-relatos.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **Os desafios da “Escuta Ativa”:** manifesto por uma gestão queer em políticas feministas e LGBT. Revista Periódicus, Bahia, v. 1, p.01-14, maio 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/index>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

Justiça condena ex-prefeito de Mariana por estupro de vulnerável. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/justica-condena-ex-prefeito-de-mariana-por-estupro-de-vulneravel.ghml>> Acesso em: 12 jan de 2018.

Jyoti Pandey - O estupro coletivo cometido por 664 milhões de homens. Disponível em: <<https://asminanahistoria.wordpress.com/2015/10/05/jyoti-pandey-o-estupro-coletivo-cometido-por-664-milhoes-de-homens/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

LACERDA, Bernardo. **Robinho não é o único: outros casos de atletas com problema na Justiça.** Disponível em <<http://www.otempo.com.br/superfc/robinho-n%C3%A3o-%C3%A9-o-%C3%BAnico-outros-casos-de-atletas-com-problema-na-justi%C3%A7a-1.1545487>> Acesso em 15 jan 2018.

LEOCÁDIO, Elcylene Maria de Araújo. **Aborto pós-estupro: uma trama (Des)Conhecida entre o Direito e a Política de Assistência à Saúde da Mulher.** 2006, 154p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2364/1/2006_Elcylene%20Maria%20de%20Ara%C3%BAjo%20Leoc%C3%A1dio.pdf> Acesso em: 12 de jan 2018.

Ligue 180 - Balanço 1º semestre - 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/WIN-7/Downloads/balanco180_2016-3.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Logotipo do Ligue 180. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/logomarcas/logomarca_ligue180_2015-1.png/view>. Acesso em: 11 fev. 2018.

Menina de 10 anos grava seu próprio estupro para que adultos acreditem em denúncia. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41436317>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MESQUITA, Patrick. **Menina de 2 anos desmaia e morre após ser estuprada; padrasto é o principal suspeito.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/17/menina-de-2-anos-desmaia-e-morre-apos-ser-estuprada-padrasto-e-o-principal-suspeito.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Música Tomorrow. Disponível em: <<https://www.bensound.com/royalty-free-music/track/tomorrow>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário;** Trad. Mônica Saddy Martins. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PINA, Rute. **Crime no Rio de Janeiro reacende debate sobre gênero e a cultura do estupro.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/03/crime-no-rio-de-janeiro-reacende-debate-sobre-genero-e-a-cultura-do-estupro/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

PIRES, Breiller. **Como o futebol alimenta a cultura do estupro e menospreza a violência contra mulheres.** El País, Nov. 2017. Disponível em: <

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/24/deportes/1511552695_344160.html> Acesso em: 10 Fev 2018.

REZENDE, Darcilene Sena. **CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.** Disponível em: <file:///C:/Users/WIN-7/Downloads/332-999-1-PB.pdf> Acesso em: 12 jan 2018.

ROSSI, Marina. **O dia em que relatos do primeiro assédio tomaram conta do Twitter.** Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html>. Acesso em: 27 mar. 2017.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de Mulheres.** Recife: S.o.s Corpo, 1993. 32 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SACCHETTA, Paula. **Precisamos falar do assédio.** Disponível em: <<https://precisamosfalardoassedio.com/#ajuda>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. 134p **O poder do macho.** - Sao Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/updg3ehjcmmc49s/Heleieth%20Saffioti%20-%20O%20poder%20do%20macho.pdf?dl=0>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SANTANA, Ana Elisa. **Violência contra a mulher: entenda o que é a cultura do estupro.** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/06/o-que-e-cultura-do-estupro>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

'**Só Surubinha de Leve**' é retirado do Spotify e do Deezer'. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/s%C3%B3-surubinha-de-leve-%C3%A9-retirado-do-spotify-e-do-deezer-1.1563788>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

'**Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento**'. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/sofri-um-estupro-coletivo-no-dia-do-meu-casamento.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SOUSA, Renata Floriano de. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres.** 2017, 21p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00009.pdf>> Acesso em: 12 jan 2018.

SOUZA, Flavia Bello Costa de, DREZETT, Jefferson, MEIRELLES, Alcina de Cássia, RAMOS, Denise Gimenez. **Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual.** Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S141320871300006X/1-s2.0-S141320871300006X-main.pdf?_tid=00db1fc2-4335-11e6-bf23-00000aacb362&acdnat=1467780740_0d8e6518922dc8b901d35338d334a966>. Acesso em 17 mar. 2017.

Suspeito de estupro é preso de novo após atacar outra mulher em ônibus. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1915287-suspeito-de-estupro-e-presenovamente-apos-atacar-outra-mulher.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Tabnet. Secretaria de saúde Minas Gerais. Disponível em <http://tabnet.saude.mg.gov.br/deftohtm.exe?def/agravos/violencia_n.def> Acesso em: 05 fev 2018.

TV BRASIL DE FATO - **Especial Cultura de Estupro.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TU5tZV1SmRg>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

VISCIGLIA, Gabriella, GABELLINI, Laryssa, OLIVEIRA, Glauciene. Rádio UFOP. **Mulheres, caminhos, lutas e desafios.** Disponível em: <<http://www.ufop.br/noticias/comunidade/radio-ufop-lanca-serie-sobre-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

WARKEN, Júlia. **Cultura do estupro: se você não entende, não diga que não existe.** Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/cultura-do-estupro-antes-de-dizer-que-nao-existe-entenda-o-que-significa/>> Acesso em: 13 jan 2018.